



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Giulia dos Santos Brum

**O MOVIMENTO EUGÊNICO BRASILEIRO
DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX**

Rio de Janeiro

2021

Giulia dos Santos Brum

**O MOVIMENTO EUGÊNICO BRASILEIRO
DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX**

**Monografia apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial
para aprovação no Curso Técnico em
Biotecnologia.**

Orientador(a): André Dantas

Rio de Janeiro

2021

Este trabalho é dedicado a todos que me ajudaram a chegar nesse resultado final. Sozinha, eu e este trabalho não somos nada.

AGRADECIMENTOS

Diversas pessoas me ajudaram a chegar no resultado final deste trabalho, por isso atribuo importância a todas elas. Seja quem for, se me incentivou, apoiou, ouviu ou, até mesmo, me distraiu quando precisei, dedico toda a minha gratidão. No entanto, existem aquelas pessoas que não posso deixar de especificar.

É ao meu professor e orientador, André Dantas, que agradeço em primeiro lugar. Se não fosse por ele, sem dúvidas, eu não teria alcançado este resultado. Os encontros de orientação, ainda no começo da pesquisa, onde sentei e o escutei falar por alguns minutos, ficarão para sempre em minha memória assim como toda paciência e compreensão ao longo de todo esse período de estudo e escrita. Agradeço pelo tempo cedido à mim e as inúmeras palavras que serviram de ensinamentos e que deram forma a este trabalho.

É, também, à minha família que devo boa parte deste projeto. Agradeço ao meu pai, por todo apoio, carinho e amor. Sem ele, nada teria sentido. É, no entanto, impossível colocar em palavras, não importando quantas existem, o tamanho da gratidão e do amor que sinto pela minha mãe e minhas tias. Todas são um exemplo de força, garra, dedicação e amor a qual me espelho. Um dia, se puder ser como elas, serei a mulher mais feliz e realizada do mundo. Hellen, Maristela, Crislaine, Telma e Dayse. À vocês dedico este trabalho e toda minha existência.

Outros de muita importância foram os meus amigos. Toda minha caminhada, ao longo desses quatro anos, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio foi possível porque pude contar com eles. Cada um à sua maneira contribuiu para o resultado final deste trabalho. Ana Beatriz Pereira, Caroline Sousa, Guilherme Batalha, Larissa Emiliano, Luan Avelino e Ramon Pugliesi. Agradeço por me acolherem como amiga de vocês, por me ouvir, me aconselhar, me proporcionar diversos momentos de felicidade, emoção e diversão. Obrigada por dividirem os maus momentos comigo, por terem me feito sorrir quando precisei, e me lembrar, constantemente, a importância de se ter amigos com quem contar. Da mesma forma, agradeço aos amigos que cultivei fora da escola.

Não menos importante, agradeço ao tempo, sugestões, críticas e apontamentos da banca examinadora para com este trabalho. Valéria Carvalho e Marcelo Coutinho, dedico este projeto a vocês.

Toda minha gratidão à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio pelos quatro anos de ensinamentos que me moldaram e permitem com que eu seja uma pessoa melhor e diferente da de quatro anos atrás. O apoio institucional e financeiro para a realização deste trabalho foi fundamental.

Por último e não menos importante, agradeço a Deus e aos Orixás. Se me mantive de pé, apesar de todos os altos e baixos que enfrentei ao longo desta pesquisa, foi porque fui amparada e guiada pela espiritualidade. Saravá!

“Esse retrato do Brasil precisa ser esquecido e, para isso, não pode deixar de ser visto e avaliado. Esquecer e superar não são reprimir e calar, mas abordar e elaborar. É o que a história faz.”

(José Carlos Reis)

RESUMO

O presente trabalho, analisando o período de finais do século XIX para o século XX, procura revisitar as ideias eugênicas divulgadas pelo movimento eugênico brasileiro a fim de compreender sua persistência na atualidade. A eugenia, contou com inúmeros adeptos ao redor do mundo e por fim, ficou conhecida como sinônimo de violência e práticas de limpeza racial. No Brasil, diversos foram os nomes que compuseram o movimento, inclusive figuras importantes que hoje nomeiam ruas, avenidas e hospitais. O ponto alto dessa organização foi a aprovação do art. 138b, presente na Constituição de 1932. O principal objetivo deste movimento foi agir enquanto ferramenta para o “melhoramento” do povo brasileiro e suas questões sociais. Foi, portanto, a partir deste objetivo que essa pseudociência buscou eliminar negros e mestiços para branquear sua população. Uma vez sendo uma expressão do pensamento racista, a eugenia persiste afetando a vida das pessoas nos dias de hoje. Esta pesquisa foi realizada por meio de revisões bibliográficas e análise de fontes primárias.

Palavras-chave: eugenia; movimento eugênico; Renato Kehl; racismo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA DA EUGENIA.....	21
1.1 - De Galton às particularidades brasileiras	21
1.2 - Renato Kehl e as instituições eugênicas.....	33
CAPÍTULO 2 - A EUGENIA NA ATUALIDADE.....	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

No dia 28 de janeiro de 2019 o portal de notícias *A CidadeON Campinas* publicou uma matéria em que ao sentenciar um acusado de latrocínio uma juíza afirmou que o réu não poderia ser confundido pois não possuía o "estereótipo padrão de bandido" por ter "pele, olhos e cabelos claros"¹. Em outra matéria, dessa vez publicada pelo *Diário do Centro do Mundo* no dia 10 de março de 2019, Rubem Novaes, atual presidente do Banco do Brasil, em uma palestra, apontou a causa da posição do Brasil no ranking mundial de educação estar caindo: as crianças pobres. Como solução Novaes propôs um "amplo controle" da taxa de natalidade da população pobre e, conseqüentemente, negra². Outra publicação, agora feita pelo jornal *O Estado de São Paulo*, o atual vice-presidente do Brasil, general Antônio Hamilton Mourão, ao descrever seu neto no final de uma entrevista afirmou: "Meu neto é um cara bonito, viu ali? Branqueamento da raça"³. Todas essas matérias, embora recentes, refletem um Brasil escravocrata de finais do século XIX, ainda que, formalmente, a escravidão tenha acabado. Mostra, também, um Brasil que já consumiu teorias racistas baseadas em modelos evolucionistas e social darwinistas de análise que afirmavam a superioridade branca.

Durante os séculos XIX e XX firmaram-se, principalmente na Europa, as teorias raciais equipadas com todas as justificativas capazes de legitimar toda dominação, exploração e os massacres dos continentes africano e asiático durante o imperialismo. De acordo com Sidney Aguilar Filho (2011), na época o conhecimento mais valorizado, lucrativo e importante numa sociedade era a ciência. Assim, as teorias raciais do período buscavam amparo na ciência para afirmar a existência de raças superiores destinadas, supostamente, a levar o progresso e a

¹ BRITO, Sarah. Juíza de Campinas diz que réu não parece bandido por ser branco. *ACidadeON Campinas*, 2019. Disponível em:

<<https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1407567,juiza+de+campinas+diz+que+reu+nao+parece+bandido+por+ser+branco.aspx>>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

² SEGALLA, Vinícius. Presidente do Banco do Brasil diz que problema do país são as crianças pobres e defende "amplo controle" de natalidade. *Diário do Centro do Mundo*, 2019. Disponível em:<<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/presidente-do-banco-do-brasil-diz-que-problema-do-pais-sao-as-criancas-pobres-e-defende-amplo-controle-de-natalidade/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2019..

³PIRES, Bruno. 'Meu neto é um cara bonito, viu ali? Branqueamento da raça' diz Mourão. *O Estado de S. Paulo*, 2018. Disponível em:<<https://www.google.com/amp/s/politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,meu-neto-e-um-cara-bonito-viu-ali-branqueamento-da-raca-diz-mourao,70002535826.amp>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

civilização às raças inferiores. Além de servir como justificativa para o imperialismo e a violência que o acompanhava, essas teorias explicavam a posição de destaque das potências europeias, associando-a a modernidade e o progresso a uma questão étnico-racial. Ou seja, destacavam-se, supostamente, devido à sua branquitude e arianismo.

No Brasil, espelhando-se nas grandes potências e uma vez sendo apenas uma colônia, os "homens de ciência" considerados por Lília Schwarcz, um "misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários", buscavam saídas para o destino da população brasileira e eram os encarregados de trazer para o país todo o progresso, a modernidade e a civilização expressa pelas potências europeias. (SCHWARCZ, 1993, p. 18) O que se encontrava, na época, era o fim do período da escravidão. A Lei Áurea, de 1888, oferecia aos negros escravizados somente a liberdade formal, mas não a igualdade nem tampouco as condições materiais para exercer tal liberdade. Segundo Florestan Fernandes (2008), tanto os senhores quanto o Estado isentaram-se da responsabilidade de preparar os negros para o novo modelo de trabalho livre. Ficaram à própria sorte e sozinhos haviam de se habituar ao novo regime, mesmo que sem recursos materiais e morais. Assim, o fim do regime escravocrata foi cruel e extremo até mesmo porque de uma forma ou de outra aconteceria. Enrustido em sua realização, estava os interesses da classe dominante, o que não retira a importância da participação do negro nesse processo, mas, apesar disto, as forças dominantes já caminhavam em direção à abolição devido a situação que se encontrava a economia brasileira. Logo, não houve nenhuma política de inclusão que permitisse aos libertos acesso a direitos, à educação e ao mercado de trabalho formal com um mínimo de dignidade. Muito pelo contrário, esses mesmos homens de ciência tinham apenas a missão de encontrar formas de substituir a força de trabalho escrava e justificar a organização social hierárquica produzida durante o período.

A questão da substituição de força de trabalho foi resolvida com a imigração, sobretudo, de europeus, isso não significou o fim da utilização da força de trabalho dos trabalhadores negros recém-libertos, mas com certeza foi mais um fator que contribuiu para a precarização da vida dos mesmos, pois naquele momento a preferência do empregador era o trabalhador branco e imigrante, devido ao mito de que esses eram superiores aos demais. Ainda de acordo com Florestan (2008), restava aos libertos optar por dois caminhos: a reabsorção no sistema de produção com as mesmas condições precárias anteriores, ou competirem com os ditos

“trabalhadores nacionais”, que formavam um exército de reserva (exército de desempregados usados como meio de precarização do trabalho, uma vez que se o trabalhador negar as condições impostas, certamente outro irá aceitar), e especialmente com os imigrantes, sobretudo europeus. Dessa forma, para Ellen Pereira e Simone Sampaio (2018), o trabalhador recém-liberto ocupava o lugar de “sobra da sobra”, nem mesmo estava inserido no exército de reserva, mas sim no “sedimento mais baixo da superpopulação relativa”, conceito criado por Marx (2013) para referir-se àqueles que compõem o “asilo para inválidos do exército trabalhador ativo e o peso morto do exército industrial de reserva” (apud PEREIRA; SAMPAIO, 2018, p. 441).

E uma das soluções encontradas para justificar e legitimar toda desigualdade produzida durante o período se deu através das teorias raciais, principalmente o darwinismo social, que servia como um determinismo racial em que, de acordo com Lilia Moritz Schwarcz (1993), o tipo "puro" era valorizado e, na hierarquia das raças com brancos no topo, seguidos pelos amarelos e negros na base, os mestiços eram aquilo que havia de pior. Juntamente às outras teorias raciais, o darwinismo social surgiu de uma interpretação distorcida da obra *A origem das espécies*, de Charles Darwin. O darwinismo social partia do pressuposto das diferenças entre as raças e sua natural hierarquia. Além disso, tinham uma visão negativa da miscigenação, pois na mistura de raças apenas os defeitos dos ancestrais eram herdados. Desta forma, a miscigenação era entendida como uma forma de degeneração e o progresso pertencia somente às sociedades “puras”.

Alguns obstáculos dificultaram o processo de adoção das teorias raciais no Brasil. O primeiro impasse encontrado por esses homens de ciência, segundo Maria Rita de Jesus Barbosa (2016), era a grande quantidade de negros e mestiços brasileiros que para além de preocuparem os senhores desde os tempos da escravidão, por medo de possíveis revoltas, e serem considerados uma presença incômoda sobretudo para os estrangeiros, pelo estilo de vida supostamente "extravagante e animalesco", significava, de acordo com essas mesmas teorias, o que havia de mais atrasado e degenerado numa nação. Ou seja, tornavam o projeto de país e a própria ideia da nação inviáveis.

A segunda dificuldade encontrada foi que para essas teorias todo o progresso associado às grandes potências dependia de questões raciais, como a branquitude e o arianismo. Assim, se almejavam toda modernidade, progresso e destaque dessas mesmas potências, como iriam

alcançá-los se isso dependia de se ter uma nação livre de miscigenações, algo que no Brasil já se encontrava em altos níveis? E como iriam adotar teorias que afirmavam o atraso e a possível degeneração da nação? A solução foi importar as teorias raciais, mas com a condição de adaptação. Descartando, assim, aquilo que soava problemático demais como as questões acerca da miscigenação. (SCHWARCZ, 1993)

No entanto, ainda de acordo com Lilia Schwarcz (1993), o Brasil ainda era visto, devido a essas teorias, como um caso único de extrema miscigenação. Arthur de Gobineau⁴ (1988) ao passar 15 meses como enviado francês no Brasil queixou-se: "trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia" (apud SCHWARCZ, 1993, p. 13). Assim, procurando livrar-se do fardo de ter uma população altamente miscigenada, os "homens de ciência", integrantes da classe dominante brasileira, assumem o discurso da eugenia e do branqueamento.

A eugenia, termo criado em 1883 por Francis Galton⁵, propunha, a partir da compreensão da hereditariedade, o *melhoramento das raças*. Nas palavras de Sidney Aguilar Filho, eugenia "seria a ciência que lidaria com todas as influências que supostamente melhorariam as qualidades inatas de uma pressuposta raça em favor da evolução da humanidade." (2011, p. 11).

De acordo com Vanderlei Sebastião de Souza et al. (2009), embora estivesse presente em países como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e Brasil, a eugenia não significou um movimento homogêneo e singular, feito a partir de interesses e objetivos comuns. Estudos, como o de Mark Adams (1990), mostram uma diversidade de ideias e maneiras de implantação de políticas eugênicas feitas de acordo com os contextos nacionais e culturais de cada região.

A eugenia pode ser dividida em três categorias: a 'positiva', que se preocupava com a reprodução da raça "perfeita"; a 'preventiva', que tratava da higiene da raça (saneamento); e a 'negativa', que visava impedir a reprodução dos considerados degenerados.

⁴ Diplomata, escritor e filósofo francês. Na obra "Ensaio Sobre a Desigualdade das Raças Humanas" expôs suas ideias sobre uma hierarquia entre as raças. No topo, estaria a raça branca, seguida pela amarela e a negra. Para ele, a população brasileira sumiria em 200 anos como resultado da miscigenação entre as raças. (BRYM et al, 2008).

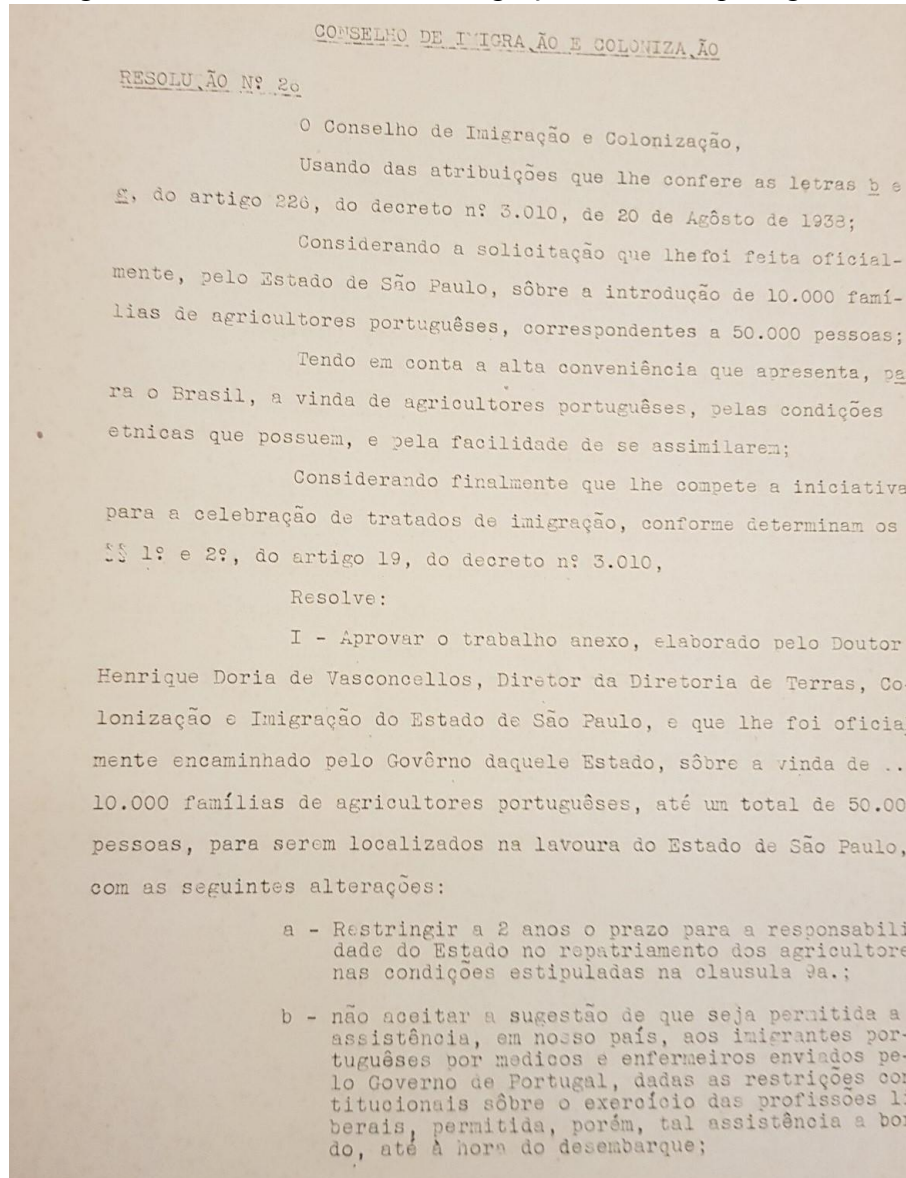
⁵ Antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico inglês. Inventor do termo "eugenia" e coincidentemente primo de Darwin.

Em 1914, o termo eugenia foi utilizado pela primeira vez como título de uma tese da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (STEPAN, 2004). Mais tarde, em 1917, fundou-se a Sociedade Eugênica de São Paulo e, em 1929, no Rio de Janeiro, ocorreu o I Congresso Brasileiro de Eugenia. Era no interior desses espaços que ideias como a “regeneração” das raças, políticas de imigração para clarear os povos, a realização de concursos de beleza para exaltar o tipo eugênico adequado, o incentivo à educação física e o plano de branquear a população, surgiam e moldavam o Movimento Eugênico Brasileiro de finais do século XIX e começo XX. (SOUZA et al., 2009; STEPAN, 2004).

A Gazeta Médica da Bahia, revista médica brasileira, em 1923, publicou um artigo defendendo a introdução da educação física como medida para o alcance da perfeição humana (apud SCHWARCZ, 1993). Através de um documento de 1938, pode-se perceber o ato do governo de São Paulo de trazer 50 mil portugueses, a fim de clarear a raça brasileira, seguindo a eugenia e a tese do branqueamento. No documento consta:

“[...] Considerando a solicitação que lhe foi feita oficialmente, pelo Estado de São Paulo, sobre a introdução de 10.000 famílias de agricultores portugueses, correspondentes a 50.000 pessoas; Tendo em conta a alta conveniência que apresenta, para o Brasil, a vinda de agricultores portugueses, pelas condições étnicas que possuem, e pela facilidade de se assimilarem; [...]”

Figura 1 – Documento sobre a imigração de 50.000 portugueses



Fonte: Ale Santos. Disponível em: <<https://twitter.com/Savagefiction/status/1059949982084747264?s=19>>.

Em junho de 1911, era realizado o I Congresso Internacional das Raças, cujo representante brasileiro foi o médico e antropólogo João Batista Lacerda⁶ (1846-1915), até então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Lacerda apresentou a tese "*Sur les métis au Brésil*"⁷ em que afirmava que "o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução" (apud SCHWARCZ, 1993, p. 11). Junto à tese havia a reprodução

⁶ Médico e antropólogo brasileiro. Presidente da Academia Nacional de Medicina e diretor do Museu Nacional.

⁷ "Sobre os mestiços do Brasil".

do quadro "A redenção de Cam", de Modesto Brocos, artista da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro, em que se encontra representado o branqueamento gradual de uma família.

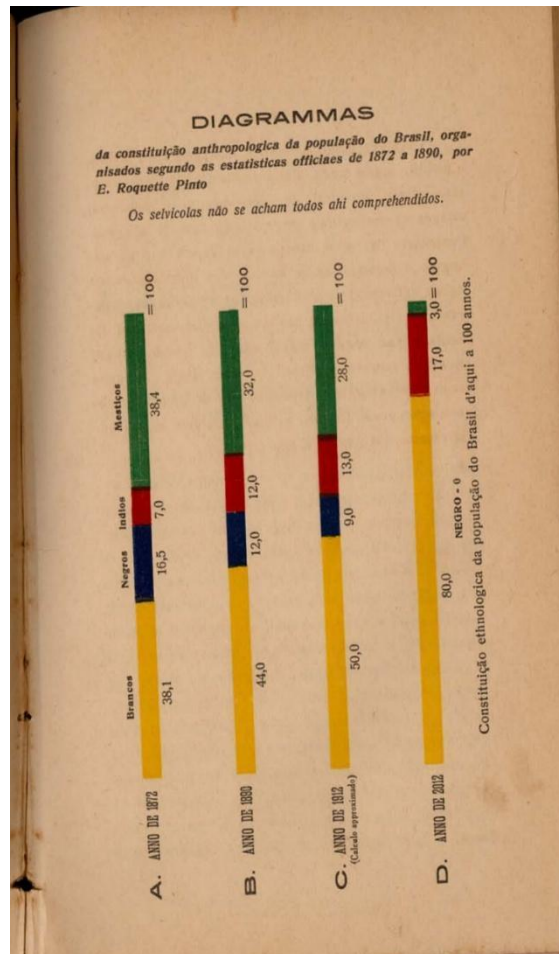
Figura 2 - "A redenção de Cam"



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.

No branqueamento, as raças miscigenadas, passando por um processo rápido de cruzamento, conseguiriam produzir um Brasil branco, livre de negros e mestiços. Lacerda acreditava que em 2012 brancos seriam 80% da população brasileira, indígenas 17%, mestiços 3% e negros já não existiriam mais no país. (SOUZA; SANTOS, 2012)

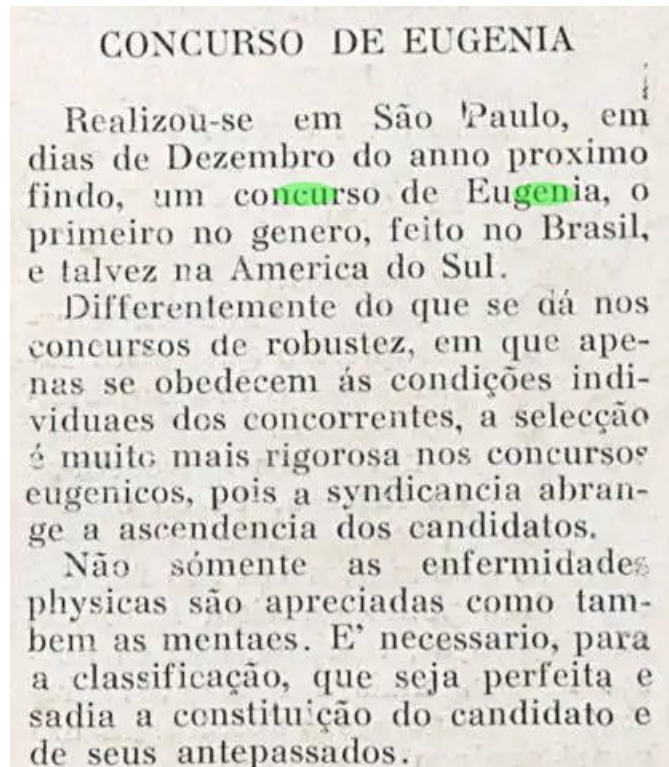
Figura 3 - Diagrama sobre a constituição racial da população brasileira, que apresenta a suposta tendência ao branqueamento



Fonte: Biblioteca Digital do Museu Nacional

Já os concursos de beleza eram realizados para as famílias consideradas ‘eugênicas’ disputarem entre si quais crianças possuíam as características mais próximas da perfeição. Segundo Nancy Stepan, eram ofertados prêmios em dinheiro às crianças que fossem “hereditariamente adequadas e eugenicamente ‘belas’, representantes, portanto, do melhor da ‘raça’ brasileira”. Uma das principais características analisadas nos participantes era a branquitude. (STEPAN, 2004, p. 351)

Figura 4 – Concurso de Eugenia



Fonte: Ale Santos. Disponível em: <<https://twitter.com/Savagefiction/status/1059950001055502336?s=19>>.

Figura 5 - Bebê ganhador do concurso de eugenia



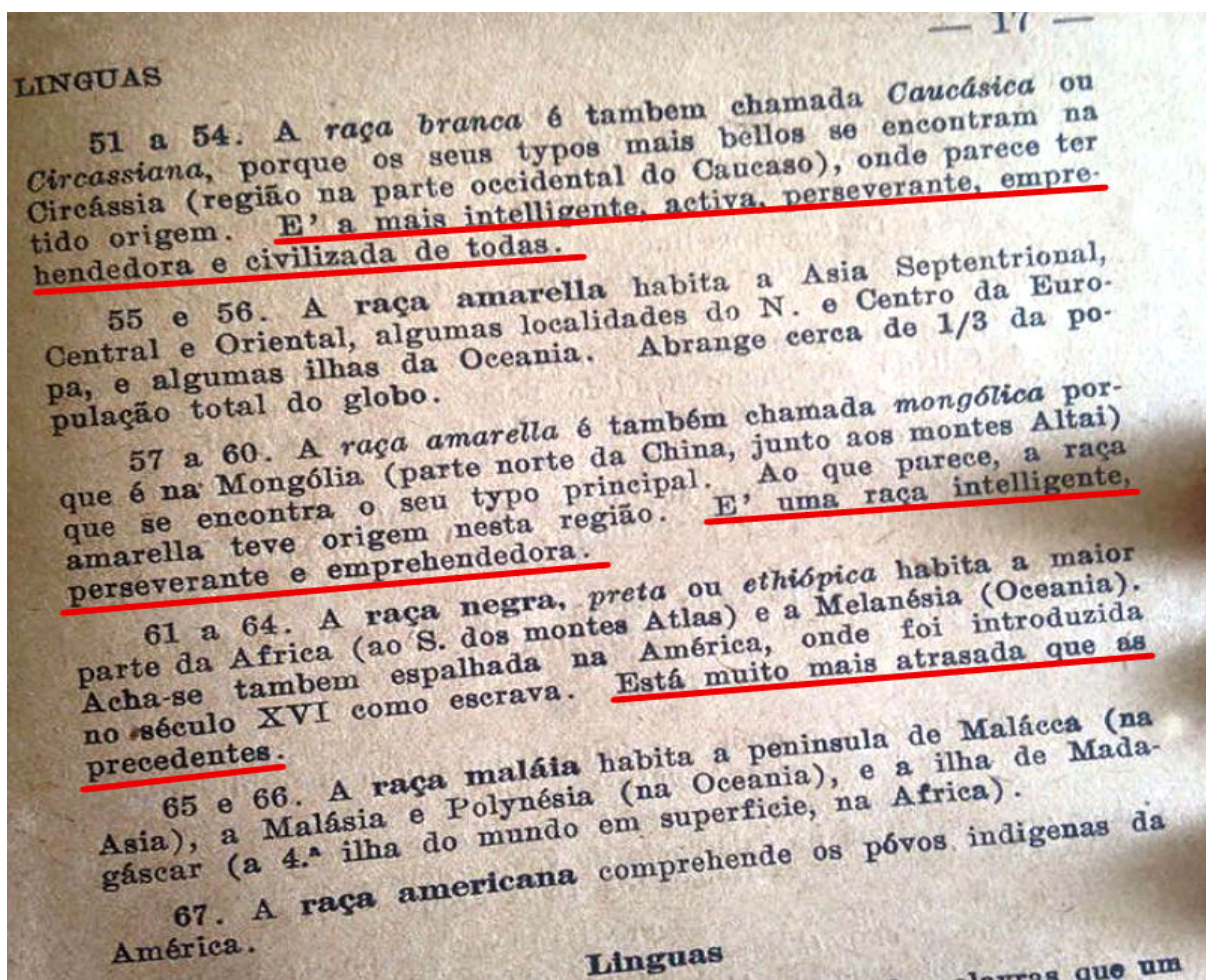
*1º Concurso de Eugenia
realizado pela Inspectoria de
Educação Sanitaria e
Centros de Saude a 24 de
fevereiro de 1929 em S. Paulo
por delegação da Sociedade de
Medicina de S. Paulo.*

Fonte: SOUZA et al, 2009, p. 773.

Já em 1934, quando promulgada a nova Constituição⁸, era possível ver uma citação à eugenia no Artigo 138 em que constava que “a União, os Estados e aos Municípios, nos termos das respectivas leis caberia: a) estimular a educação eugênica”. (BRASIL, 1934) Como consequência dessa medida, um livro didático de 1936 mostrava a seus leitores a diferença entre as raças. A raça branca é descrita como “mais inteligente, activa, perseverante, emprehendedora e civilizada de todas”. Os “amarelos” são “inteligentes, perseverantes e emprehendedores”, e os negros “estão muito mais atrasados que os precedentes”.

⁸Em 1930, uma revolta civil-militar retira Júlio Prestes da presidência dando lugar a Getúlio Vargas. A rebelião ficou conhecida como *Revolução de 1930* e deu origem ao Governo Provisório que vai até 1934, quando promulgada uma nova Constituição e a reeleição, por voto indireto, de Vargas. Ver Schwarcz e Starling (2015).

Figura 6 - Livro didático de 1936



Disponível em: <<http://rodinia.com.br/olha-o-que-os-livros-ensinavam-sobre-diferencas-raciais-aos-nossos-avos/>>.

Os responsáveis por essas medidas eram os médicos, intelectuais e políticos da época que se consideravam eugenistas.

Raimundo Nina Rodrigues, por exemplo, foi um médico e professor da Faculdade de Medicina da Bahia que também compartilhava da crença da superioridade branca, do atraso evolutivo dos negros e indígenas, e na tendência de os mestiços serem mais propensos à criminalidade, à loucura e embriaguez. Em "*As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*" (1894), Nina Rodrigues propõe a criação de dois códigos penais, um para brancos e outro para as raças inferiores. Para ele, as raças possuíam uma evolução mental diferente e, portanto,

não poderiam ser iguais nem mesmo perante a lei. Sendo assim, para o autor, negros e indígenas eram incapazes de serem civilizados e de obedecerem a um mesmo código penal. A raça, então, era um fator que influenciava sobre a possibilidade de um indivíduo ser responsabilizado por um crime. Ao fazer os seguintes questionamentos, Nina Rodrigues afirma que é impossível comparar a responsabilidade penal das "raças inferiores" com a "raça branca civilizada", portanto, deveriam ter sua responsabilidade penal atenuada:

se pode admitir que os selvagens americanos e os negros africanos, bem como seus mestiços, já tenham adquirido o desenvolvimento físico e a soma de faculdades psíquicas, suficientes para reconhecer, num caso dado, o valor legal do seu ato (discernimento) e para se decidir livremente a cometê-lo ou não (livre arbítrio)? — Porventura pode-se conceder que a consciência do direito e do dever que tem essas raças inferiores, seja a mesma que possui a raça branca civilizada? (RODRIGUES, 1894, p. 26)

Desta forma, para o autor, negros e indígenas seriam sempre dominados por um instinto selvagem e impulsivo, e não possuíam o mesmo desenvolvimento intelectual e moral dos brancos para discernir sobre seus atos havendo, então, a necessidade da existência de dois códigos penais. (RODRIGUES, 1894)

Não era só Nina Rodrigues e os demais intelectuais da época que acreditavam na ideia de negros serem inferiores, selvagens e nocivos à sociedade. Em 1915, estreava "*O nascimento de uma nação*", produção norte-americana considerada até os dias de hoje um clássico responsável por revolucionar a história do cinema. Na mesma medida que o filme é lembrado como o primeiro a apresentar técnicas inovadoras para aquela época, ele é observado como um dos mais racistas devido a representação caricata feita dos negros, que inclusive eram interpretados por atores brancos pintados, revelando muito sobre o lugar social do negro na sociedade norte-americana, sabidamente racista desde a sua origem e, não por coincidência, com forte passado escravocrata marcado na sua história. O filme inicia-se com a frase: "A vinda dos africanos para a América plantou a primeira semente de desunião." e mostra, também, a Ku Klux Klan⁹ como uma organização heroica responsável de salvar a nação da "anarquia de negros" (Griffith, 1915).

⁹ Organização formada em 1865 que defendia a supremacia branca. Conhecida por promover atos de violência contra negros, existe até os dias de hoje.

Figura 7 - Cena do filme "*O nascimento de uma nação (1915)*".



Mais recentemente, em abril de 2020, no site Mídia Ninja, foi ao ar a notícia de dois médicos franceses que durante um programa conversaram sobre a possibilidade de testar a vacina para o novo coronavírus, o COVID-19, no continente africano. Para eles, a população africana poderia ser usada como cobaia. Em repúdio à fala desses médicos, três astros do futebol africano usaram suas redes sociais para falar sobre o ocorrido. Um deles, Didier Drogba, escreveu: “A África não é um laboratório de testes”.

As medidas eugênicas expostas anteriormente, as ideias de Nina Rodrigues, o filme de D. W. Griffith e as reportagens dos anos de 2019 e 2020 mostram como os ideais eugênicos e racistas de finais do século XIX ultrapassaram os anos e, ainda assim, permanecem impactando a vida social pautada em valores minimamente civilizados, humanitários, especialmente, como não seria estranho supor, sobre mestiços, negros e indígenas.

1. CAPÍTULO I - A HISTÓRIA DA EUGENIA

1.1. EUGENIA: DE GALTON ÀS PARTICULARIDADES BRASILEIRAS

Como dito anteriormente, é em 1883 que Francis Galton dá nome ao estudo do melhoramento da raça. Eugenia, palavra de origem grega cujo significado é “bem nascido” ou “boa linhagem”, bem como sugere o nome, foi uma teoria com amparo científico que acreditava no aperfeiçoamento das raças a favor da evolução da humanidade. Além disso, foi também mais uma teoria de fundo racista com máscara de ciência.

Na época, a biologia passou a ser a resposta de boa parte dos problemas. Não faltavam teorias que buscassem na biologia a causa dos problemas e das desigualdades sociais. Seja por meio de Darwin, Mendel, Weismann ou Lamarck, com seus estudos evolucionistas, ou com as teorias raciais de Morton, Lombroso ou Gobineau, o que esses sujeitos tentavam fazer era “estabelecer correlações bastante rígidas entre biologia, aptidões intelectuais e inclinações morais” (BRYM et al., 2008).

Essas teorias além de explicarem as desigualdades, possuíam como agente principal a discriminação racial, pois de acordo com Maria Aparecida Silva Bento (2002), era por meio desta que havia a permanência e a conquista de privilégios de um grupo sobre o outro. Nesse caso, dos brancos colonizadores sobre os negros, amarelos e indígenas colonizados.

A aceitação dessas teses mundo afora se dá devido ao fato de possuírem *status* de ciência. Para Pietra Diwan (2007, p.35), “a ciência, de modo geral, nunca esteve tão em moda” e nas palavras de Lilia Schwarcz: “Na verdade, resumia uma tendência da época que via na ciência não apenas uma profissão, mas uma espécie de sacerdócio; que valorizou a moda intelectual em detrimento da produção”. Ou seja, havia uma supervalorização que configurava à ciência um lugar de verdade e importância. Isso até os dias de hoje, se deixados de lado os grupos negacionistas que crescem cada vez mais.

Além da deturpação da obra de Darwin, Galton usou do darwinismo social e das teorias de Mendel¹⁰ e Weismann¹¹ para fundamentar sua tese. Essas teorias partiam do pressuposto de que o ambiente não exercia influência na transmissão dos caracteres, uma vez que eram imutáveis e apenas transmitidos. Assim, se o ambiente em nada interferia sobre os caracteres, cabia aos teóricos sociais, os eugenistas, médicos e biólogos, de acordo com Galton, intervir e controlar os casamentos e quais indivíduos poderiam ou não ter filhos. Para ele, seria assim que uma sociedade mais saudável, capaz, forte e superior se formaria. Era por meio dessas ideias que se explicavam as posições sociais. Os países desenvolvidos e a burguesia ocupavam um lugar de destaque devido seus melhores genes e, assim, eram os mais “fortes, capazes e superiores” (DIWAN, 2007).

Para Galton as políticas de amparo e assistência à população eram vistas como uma forma de manutenção dos “delinquentes”, “indigentes” e “doentes”. Como disse Diwan (2007, p. 36), “melhorar as condições de vida dos grupos de degenerados era o mesmo que incentivar a degeneração da ‘raça inglesa’”, e, ainda nas palavras da autora:

[...]Permitir que o menos apto viva, através do assistencialismo, era considerado parasitismo. Nesse sentido, combater esse tipo de parasitismo era contribuir para o progresso da sociedade, já que, com a eliminação do “fardo social” que sobrecarrega o Estado, o progresso da civilização estaria garantido (DIWAN, 2007, p. 37).

Portanto, o objetivo era eliminar os que contribuíam para a degeneração física, moral e econômica da sociedade, de forma a impedi-los de se perpetuarem.

Em resumo, Galton dedicou boa parte de sua vida para os estudos da eugenia. Vários são os livros publicados por ele que abordam o tema. Em um primeiro momento, suas obras são dedicadas a apontar o talento e o destaque da elite inglesa como algo hereditário. Depois, procurava afirmar que a doença mental e a criminalidade também eram resultados da herança genética individual de cada pessoa e, para comprovar seus

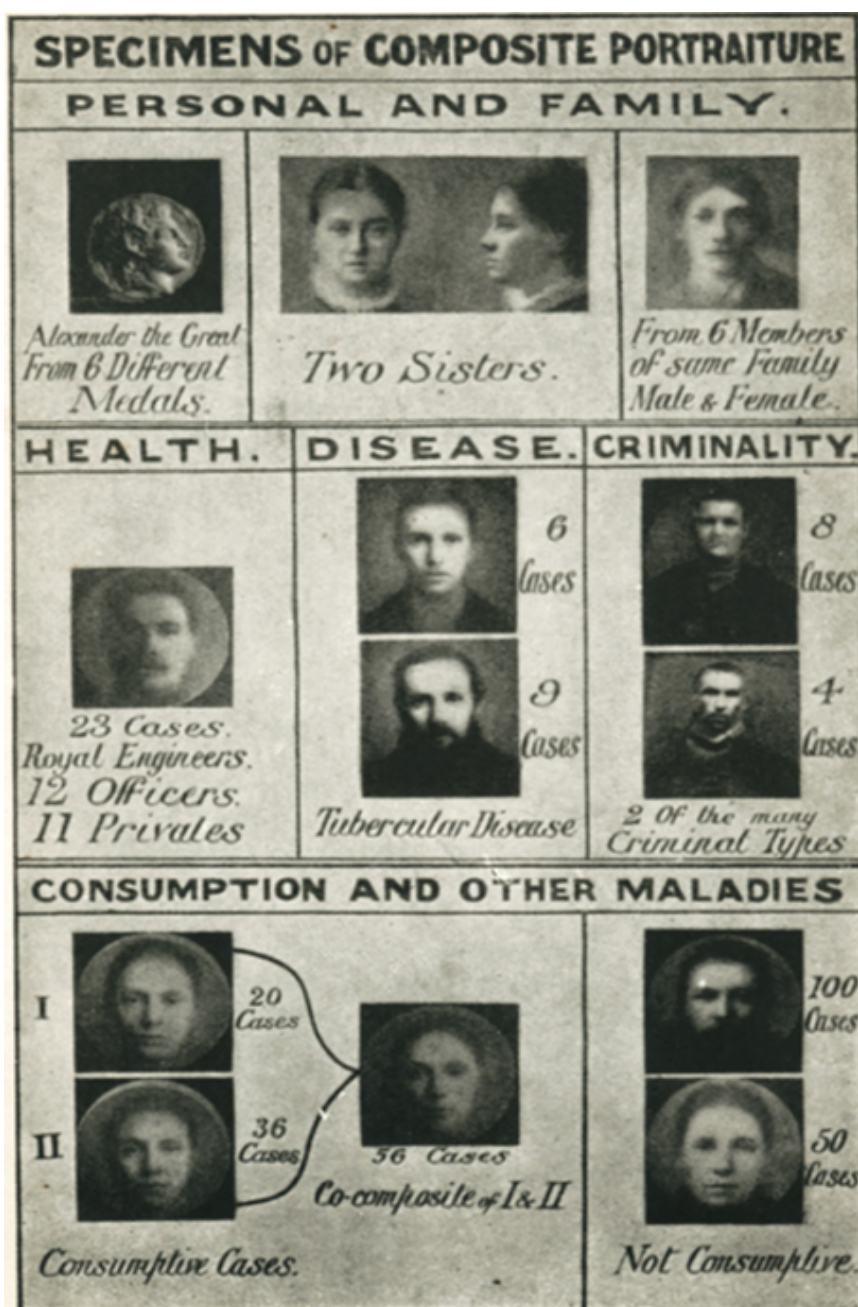
¹⁰ Considerado o “pai da genética” por ter sido um dos primeiros a demonstrar as leis de hereditariedade.

¹¹ Biólogo alemão considerado, depois de Charles Darwin, um dos maiores teóricos evolucionistas.

apontamentos, analisou a vida e a árvore genealógica dos indivíduos considerados de boa ascendência.

O “pai da eugenia” é também reconhecido pela elaboração de métodos antropométricos e, principalmente, pelas descobertas acerca da análise de impressões digitais. Um dos métodos de análise desenvolvido por ele foi o chamado “retratos compostos”, de acordo com Tamara Prior (2015), nesse método Galton buscava a fisionomia comum e representativa de uma raça, da doença, saúde ou até mesmo da criminalidade. O método consistia em realizar sobreposições de fotografias de rostos até que se encontrasse o rosto comum ao que era buscado.

Figura 8 – Técnica “Retrato Compostos”



Fonte: STEPHENS, 2013, p. 23.

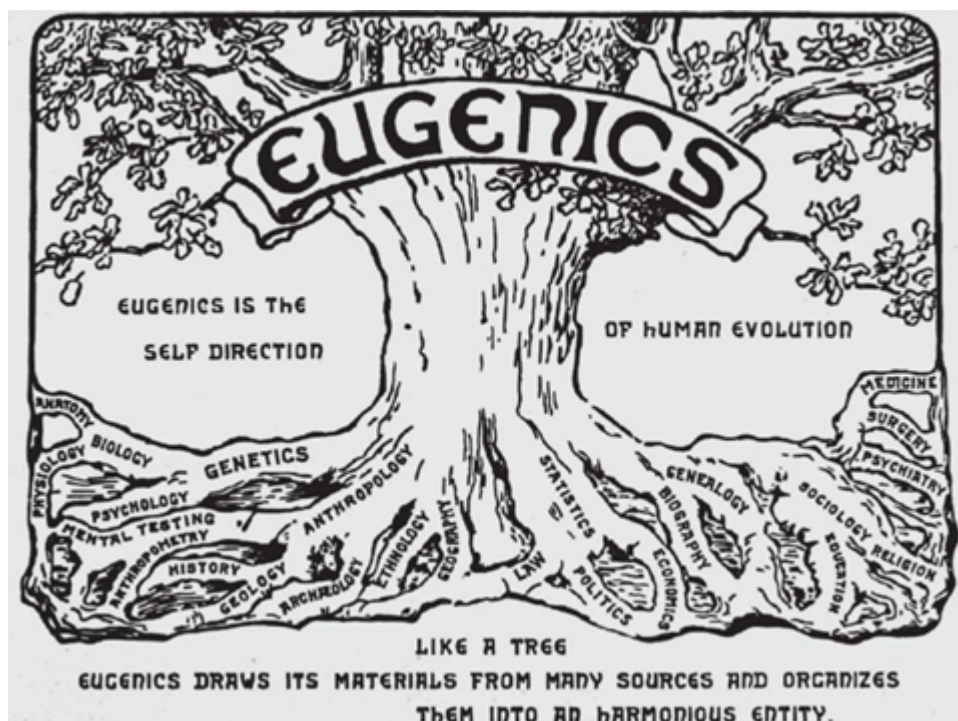
Nesse caso, Galton não era o primeiro a tentar associar à aparência física com a criminalidade. Cesare Lombroso¹² acreditava e divulgava que a criminalidade era

¹² Psiquiatra italiano considerado o pai da antropologia criminal.

resultado de características físicas e hereditárias, perceptíveis nas diferentes sociedades e sujeita a classificação. O criminoso possuía, então, um biotipo que muitas das vezes, não por coincidência, era negro e pobre. (BENTO, 2002; BRYM et al., 2008)

Apesar de todos os esforços, de acordo com a autora Pietra Diwan (2007), Galton agiu somente no plano teórico da eugenia. A implementação metodológica e a popularização da mesma ocorreriam alguns anos depois nos Estados Unidos e na Alemanha. O movimento passaria a ter aderência, capacidade de controle e ações impactantes e violentas apenas na virada do século XIX para o século XX. É nesse período que a eugenia ganharia adeptos ao redor do mundo e, conseqüentemente, variações de acordo com a especificidade de cada lugar. De maneira geral, “a eugenia chegou ao poder e foi usada como arma política de discriminação social e limpeza étnica. Alemanha, Estados Unidos e Escandinávia seus maiores executores. Mas os cinco continentes se renderiam à ciência da boa linhagem” (DIWAN, 2007, p. 46)

Figura 9 – Símbolo da eugenia.



Fonte: SOUZA et al., 2009, p. 775.

Na imagem, a tradução é: “Como a árvore, a eugenia extrai sua matéria prima de diversas fontes e organiza-as numa entidade harmoniosa” e “A eugenia é o próprio sentido da evolução humana”.

Como já dito, a eugenia se dividiu, ao longo do tempo, em algumas vertentes devido ao fato de não ter sido um movimento homogêneo. A princípio, a teoria de Galton tinha como preocupação o incentivo da reprodução entre os de “melhor linhagem”. Esse tipo de eugenia ficou conhecida como positiva.

Tinha por objetivo principal criar o “haras humano”, povoando o planeta de gente sã, estimulando casamentos entre os “bem dotados biologicamente” e desenvolvendo programas educacionais para a reprodução consciente de casais saudáveis, desencorajando casais com caracteres supostamente “inferiores” de procriar. (DIWAN, 2007, p. 50)

Oposto a isso havia a eugenia negativa. Advinda da radicalização dos pensamentos de Galton, essa vertente baseava-se na esterilização, consentida ou não, na segregação e nas leis de imigração restritiva. No entanto, essa vertente não foi completamente aceita pelos eugenistas. Em 1907, o estado de Indiana, nos Estados Unidos, aprovou a primeira lei de esterilização mediante o argumento da melhoria racial, sendo somente em 1970 a revogação da última lei. Importa ressaltar que para além da preocupação étnica, os eugenistas se preocupavam com toda e qualquer “degeneração” biológica, psicológica e social. Essas pessoas eram descritas como “inaptas” e, de acordo com um documento oficial da cidade de Chicago, apresentado pela autora Pietra Diwan (2007, p.54), eram descritas como:

É socialmente inapto toda pessoa que, por seu próprio esforço, é incapaz de fazer o mesmo, por comparação, que as pessoas normais, não sendo um membro útil da vida social e organizada do Estado. [...] As classes sociais de inaptos são as seguintes: 1º os débeis mentais; 2º os loucos (e os psicopatas); 3º os criminosos (e delinquentes); 4º os epiléticos; 5º os alcoólatras (e todos os tipos de viciados); 6º os doentes (tuberculosos, sífilíticos, leprosos e todos com doenças crônicas e infecciosas); 7º os cegos; 8º os surdos; 9º os disformes; 10º os indivíduos marginais (órfãos, vagabundos, moradores de rua e indigentes).

Como exemplo da aplicação dessa vertente, tem-se as inúmeras mortes que ocorreram entre 1939 e 1945 na Alemanha em nome da “pureza” racial ariana. Outro exemplo, é o caso Carrie Elizabeth Buck. Nascida na Virgínia, nos Estados Unidos, Carrie foi submetida, de acordo com a lei de esterilização eugênica de 1924, à esterilização compulsória. A Suprema Corte dos Estados Unidos temia que Carrie transmitisse seus genes de “imbecilidade” para seus descendentes. Os médicos e juristas do caso usaram da condição de Emma, mãe de Carrie, para demonstrar como a degeneração era transmissível. Emma estava internada na Colônia para Epiléticos e Débeis Mentais, por prostituir-se e ter sífilis (PRIOR, 2015).

Figura 9 – Carrie Elizabeth e Emma Buck



Disponível em: (<https://jenkins3blog.wordpress.com/2018/01/30/8775/>)

Charles Benedict Davenport, um dos maiores propagandistas da eugenia nos Estados Unidos, foi adepto da tendência mais radical do movimento. Davenport esteve à frente de uma das maiores instituições eugênicas do país, o Escritório de Registro Eugênicos. Para Diwan (2007), a instituição serviu de referência mundial em termos eugenistas. Nessa instituição eram coletados dados biológicos e sociais das famílias americanas para que pesquisas acerca da hereditariedade de tais indivíduos fossem realizadas. Além disso, incentivavam pessoas saudáveis a escolherem parceiros “aptos” e prevenir a propagação dos “anormais”.

Figura 10 – Fotografia da reunião anual da Associação de Pesquisa Eugênica, no Escritório de Registros Eugênicos, em 1918.



Cold Spring Harbor Laboratory. Noncommercial, educational use only.

Fonte: Site do Laboratório Cold Spring Harbour. Disponível em:

http://www.eugenicsarchive.org/eugenics/image_header.pl?id=1664&printable=1&detailed=0

Como dito, na Alemanha o movimento atingiu seu caráter mais radical e mortífero. Foram inúmeras mortes e esterilizações realizadas em prol de uma limpeza racial. No entanto, apesar de estar diretamente ligada à ascensão de Hitler, a eugenia não se resume ao nazismo. Mas sim está contida dentro dessa ideologia. A primeira lei de esterilização do país data de 14 de julho de 1933. Para Diwan (2007, p.71), “[...] o nazismo, através da eugenia e do conhecimento científico, esterilizou e matou sob o argumento da raça centenas de milhares de pessoas ‘indesejáveis’ na Alemanha”.

Já na América Latina, a eugenia é instaurada como uma forma de tornar seus países melhores aos olhos europeus e americanos, uma vez que carregavam os estigmas da miscigenação. Ainda assim, isso não significou a existência de uma eugenia latina, comum a todos os países do território. Muito pelo contrário, para Maria Aparecida Silva Bento, a única coisa que os aproximavam era o desejo de construir uma identidade nacional, na época, baseada em um modelo universal de humanidade: ser branco (2002).

Mesmo com suas variações enquanto um movimento heterogêneo que seguia as necessidades de cada lugar, o que permanecia era o pressuposto de que havia um problema social, muitas vezes visto como biológico, que deveria ser eliminado. As práticas, então, seriam voltadas para solucionar esses problemas. (DIWAN, 2007) No Brasil, a eugenia surge quando posto em debate o estado de saúde, bem como as questões de higiene, saneamento e, sobretudo, a composição étnica da população.

Em quase todas as teorias deterministas o conceito de degeneração aparece. Seja para tratar de problemas biológicos e/ou sociais. Tamara Prior (2015), explica o conceito de degeneração como sendo qualquer coisa que, na época, era compreendido como “socialmente perturbador”. No Brasil, o fim da escravidão gerou uma desorganização momentânea do sistema de mão de obra gerando esforços para que imigrantes, sobretudo europeus, viessem para o país. Esses imigrantes seriam absorvidos pelo o que Schwarcz e Starling chamaram de “dinâmica das cidades que cresciam e ofereciam empregos e serviços” (2015, p. 322). Houve, então, um aumento considerável da população que se concentrou em algumas das grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte.

Urge, também, a necessidade de embelezar as principais cidades de forma a “cuidar dos edifícios públicos; afastar a pobreza para os novos subúrbios; implementar o transporte coletivo, e construir instituições representativas” (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Desta forma, a população pobre, habitante das regiões centrais, é posta à margem com suas casas demolidas a favor do embelezamento das cidades. Importa destacar, ainda, que boa parte dessa população era negra e mestiça, uma vez que, libertos formalmente e abandonados pelo Estado, os negros recém-libertos ocupavam esse território.

Paralelamente a esse momento, a saúde da população vinha sendo alvo de diversas epidemias como a febre amarela, a varíola, a peste bubônica, a sífilis e outras doenças. Além disso, a mestiçagem também era considerada uma moléstia que vinha adoecendo a sociedade, devido às teorias raciais que começavam a circular pelo país.

Na época, o médico Miguel Pereira¹³ dizia: “O Brasil ainda é um imenso hospital”. (apud SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.329)

Era esse o cenário que os intelectuais europeus encontraram ao vir para o Brasil. Seja por Gobineau, citado na introdução do presente trabalho, ou tantos outros intelectuais, a premissa era a mesma: o Brasil era um país “atrasado”, “doente” e fadado à degeneração. Desta forma, “socialmente perturbador” e capaz de degenerar a sociedade era, em primeiro lugar e principalmente, a composição étnica da população, a pobreza e a miséria, a superpopulação gerada a partir da industrialização, o estilo de vida dos operários, os protestos políticos, o alcoolismo e tudo considerado “subversivo da ordem”. (PRIOR, 2015)

É nesse momento que a eugenia aparece. Médicos, higienistas, juristas e educadores, inseridos no meio da elite intelectual e científica, viram nessa “nova ciência” a oportunidade perfeita para alterar a realidade nacional tão mal vista internacionalmente pelas grandes potências. Era a chance de sair do atraso civilizatório e de “melhorar o aspecto físico, moral e mental da raça nacional”. (SOUZA, 2008, p. 146)

[...] Fazia-se necessário não apenas repensar a imagem do Brasil e da condição de ser brasileiro, mas, antes, encontrar soluções viáveis que efetivamente pudessem regenerar e civilizar o país como um todo, colocando-o no trilho do progresso e da modernidade. (SOUZA, 2008, p. 148)

E, assim, a eugenia se instaura no pensamento da elite intelectual e científica da época.

Acalentados pelos ideais que o discurso eugenista proporcionava, os intelectuais e cientistas dos mais diversos matizes desejavam ver as ideias eugênicas amplamente

¹³ Miguel da Silva Pereira. Médico sanitário e professor brasileiro.

divulgadas entre o público brasileiro. As teses acadêmicas, livros, artigos de jornais e revistas não seriam, contudo, suficientes para vulgarizar essas concepções. Fazia-se necessário construir uma rede bem estabelecida e institucionalizada, capaz de mobilizar interesses e angariar a legitimidade social e política. A partir do final de 1910, portanto, foi nessa direção que eugenistas [...] procuraram se organizar no interior do campo eugênico. (SOUZA, 2008, p. 149)

Quando Lilia Schwarcz, no livro “O espetáculo das raças”, aponta que para criar um caminho viável a uma nação altamente mestiça, a elite intelectual e científica brasileira faz adaptações nas teorias determinista, pode-se citar o fato de que, ao contrário dos Estados Unidos e de outros países, no Brasil, o alicerce teórico da eugenia foi o neolamarckismo e sua noção de que os caracteres poderiam ser adquiridos ao longo da vida e, assim, transmitidos para as futuras gerações. É a partir deste entendimento que surge a especificidade brasileira da eugenia. Pois, se o ambiente interferia na hereditariedade, seria possível mudar o destino, até então, condenado do país. A eugenia agiria, então, na prevenção dos males e na reforma moral e social da população. Desta forma, caracterizava-se a eugenia preventiva (PRIOR, 2015; SOUZA, 2008; STEPAN, 2004).

Não por acaso, a adoção de uma eugenia preventiva decorria justamente da composição étnica brasileira que àquela altura era altamente negra e miscigenada. Dedicar-se a uma eugenia negativa, com preocupações segregacionistas e com respaldo nas teorias deterministas só traria mais atenção para o suposto atraso brasileiro e a “inevitável” degeneração causada pela miscigenação. Quando apoiados na eugenia preventiva, a miscigenação não era mais encarada como um problema, mas sim uma solução. O controle da imigração, a regulação de casamentos, a higiene e o sanitarismo também entravam em foco.

Autores como Sebastião Vanderlei Souza (2008), argumentam que por este caráter preventivo, a eugenia teve uma forte ligação com o movimento sanitarista. Nancy Stepan (2005), também compartilha deste entendimento ao citar o que Belizário Penna¹⁴ pensava sobre o saneamento no Brasil. Para ele, o estado danificado do saneamento no país era um problema eugênico, uma vez que poderia degenerar a hereditariedade da população nacional.

¹⁴ Belisário Augusto de Oliveira Penna. Médico sanitarista e eugenista brasileiro.

No entanto, embora boa parte dos eugenistas tenham seguido por esta vertente, isso não significa que não houve apoiadores da eugenia negativa. É o caso, por exemplo, de Renato Kehl e sua crença na tendência negativa da eugenia.

1.2. RENATO KEHL E AS INSTITUIÇÕES EUGÊNICAS

Renato Kehl, importante figura para o movimento eugênico brasileiro, dedicou boa parte de sua vida para organizar e divulgar os pressupostos eugênicos no país. Formado em farmácia, pela Escola de Farmácia de São Paulo, e em medicina, pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Kehl era um homem antenado às teorias de sucesso mundo afora, como a eugenia. Seus esforços para eugenizar a nação brasileira não foram poucos e contaram com a ajuda de diversos intelectuais.

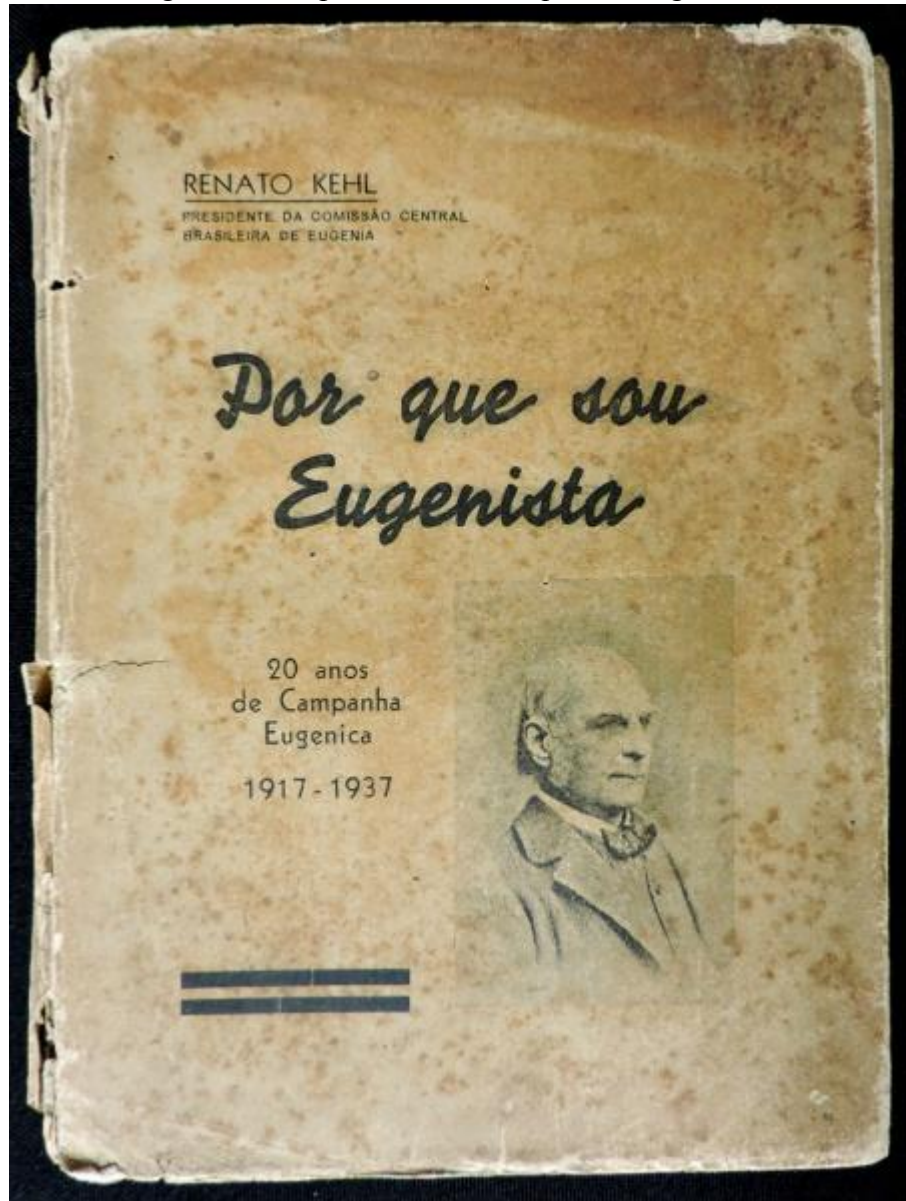
Figura 11 - Renato Ferraz Kehl



Disponível em: <<https://medium.com/@marcos.leitte/eugenia-brasileira-por-renato-kehl-resumo-946797ba2c8c>>

Ao longo da vida, publicou mais de trinta livros sobre a eugenia. Entre eles “A cura da fealdade” (1923), “Lições de eugenia” (1929), “Sexo e civilização” (1933), “Por que sou eugenista?” (1937), entre outros. Em “Lições de eugenia”, afirmou: “a nacionalidade brasileira só embranquecerá à custa de muito sabão de coco ariano!” (KEHL apud DIWAN, 2007, p.87)

Figura 12 - Capa do livro “Por que sou eugenista?”



Fonte: Ale Santos

De acordo com Pietra Diwan (2007), a empreitada pela eugenia começou, de fato, em 1917 em uma conferência realizada por Kehl na Associação Cristã de Moços de São Paulo. Nela, ele apresentou a “nova ciência” e quais eram os seus benefícios. O sucesso da conferência motivou a criação da primeira sociedade eugênica da América Latina, a Sociedade Eugênica de São Paulo. A Inauguração ocorreu no Salão Nobre da Santa Casa de Misericórdia, hoje Museu Santa Casa, no dia 15 de janeiro de 1918. Essa organização contou com cerca de 140 membros, todos de diversas áreas da sociedade, mas em sua maioria médicos paulistanos.

Kehl ocupou a posição de secretário-geral da organização, enquanto Arnaldo Vieira de Carvalho, médico influente e fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo, a de presidente. Entre os membros, aparecem nomes como Belisário Penna e Arthur Neiva, sanitaristas do Instituto Oswaldo Cruz, Afrânio Peixoto, Juliano Moreira e Antônio Austregésilo, importantes figuras do meio psiquiátrico e da medicina legal, e Vital Brasil, desenvolvedor do soro antiofídico. Todos inseridos no meio científico e influentes, de alguma forma, na sociedade. (DIWAN, 1007; SOUZA, 2008)

Todas as atividades da sociedade foram documentadas e publicadas no Annaes de Eugenia em 1919. Documentado no Annaes estava os objetivos da Sociedade Eugênica de São Paulo:

estudar as leis de hereditariedade; a regulamentação do meretrício, dos casamentos e da imigração; as técnicas de esterilização; o exame pré-nupcial; a divulgação da eugenia e o estudo e aplicação das questões relativas à influência do meio, do estado económico, da legislação, dos costumes, do valor das gerações sucessivas e sobre aptidões físicas, intelectuais e morais.

Com um corpo de membros tão diverso, era comum a divergência durante as reuniões e publicações. O fator comum a todos era a ideia de “apostar na intervenção direta no corpo dos indivíduos com a intenção de mudar o ‘corpo coletivo’, tendo em vista a formação da nacionalidade brasileira” (DIWAN, 2007, p.100).

A Liga Pró-Saneamento do Brasil, fundada em 1918, também se dedicou a temas eugênicos e, mais uma vez, nomes como Belisário Penna, Arthur Neiva, Vital Brasil, Afrânio Peixoto, Miguel Pereira, apareciam. Inclusive Monteiro Lobato, por intermédio de sua editora, Revista Brasil, era o responsável pela divulgação das atividades da Liga. Lobato, apesar de não tão divulgado na atualidade, era um entusiasta dos ideais eugênicos. Seu livro “Problema Vital”, de 1918, foi patrocinado pela Sociedade Eugênica de São Paulo e pela Liga Pró-Saneamento do Brasil. Além disso, as palavras contidas no prefácio da obra eram de Renato Kehl. Mais tarde, em 1929, Lobato lançava “O presidente negro” ou “O choque das raças”, como também ficou

conhecido. Livro pró-eugenista que se passa em 2228 em um mundo onde a eugenia encontrou sucesso e realização.

Em uma carta endereçada à Renato, Lobato fala sobre o livro e defende a eugenia. Na carta consta:

Renato, Tu és o pai da eugenia no Brasil e a ti devia eu dedicar meu Choque, grito de guerra pró-eugenia. Vejo que erreí não te pondo lá no frontispício, mas perdoai a este estropeado amigo. [...] Precisamos lançar, vulgarizar estas ideias. A humanidade precisa de uma coisa só: póda. É como a vinha. Lobato. (apud DIWAN, 2007, p. 106)

Figura 13 - Livro “O presidente negro”



Apesar da forte ligação com Kehl, Lobato não fez parte de nenhuma das instituições eugênicas, o que não quer dizer que não tenha sido, de alguma forma, moldado pelas ideias deste meio.

De vida curta, apenas dois anos, a Sociedade Eugênica de São Paulo encerrou suas atividades em 1920. Dois foram os motivos: a morte de seu presidente e a mudança de Renato para o Rio de Janeiro. Ainda assim, Renato permaneceria como forte propagandista da eugenia (SOUZA, 2008). Na cidade carioca, o discurso eugênico, estava nas mãos, sobretudo, dos médicos psiquiatras de modo que em 1922 é fundada a Liga Brasileira de Hygiene Mental que, não por coincidência, também contava com deduções eugênicas já que previa a eliminação dos “vícios sociais” considerado, por seus membros, algo degenerativo. Esses vícios iam desde o alcoolismo, à loucura e doenças como a tuberculose e a sífilis. Em suas pautas estavam, também, o controle da imigração e de casamentos, a esterilização compulsória dos considerados degenerados, entre eles, os negros. Não obstante, mais uma vez, assim como em todas as instituições até ali, o problema se repetia. Os frequentadores desses espaços, seguidores das mais diversas áreas, possuíam diferentes perspectivas acerca das pautas, de modo a dificultar um consenso nos objetivos de cada instituição. Entretanto, a crença na tese do branqueamento¹⁵ unia boa parte desses homens. (DIWAN, 2007; SOUZA, 2008)

Até mesmo o Boletim de Eugenia, importante veículo de divulgação da eugenia no país, publicou suas atividades. Na primeira publicação do Boletim, em 1929, continha: “Filiado à Liga de Hygiene Mental, incluirá, certamente, no seu progamma, tudo quanto se referir a este ramo de íntima conexão com os propósitos da sciencia de Galton”. Ao longo do tempo, enquanto firmavam-se os objetivos da Liga, sua íntima relação com a eugenia foi ficando mais evidente. É o que diz Weber Lopes Góes:

Na medida em que a entidade vai tomando corpo, seus objetivos se ampliam e ganham solidez; os temas abordados se diversificam e a preocupação passa a ser a defesa da mentalidade da raça, no sentido de melhoria da “raça”, através do combate ao alcoolismo e aos “vícios sociais” (2015, p. 123).

Até então, apesar dos debates, Kehl assumia uma posição mais preventiva quanto a eugenia. No entanto, estudos como o de Pietra Diwan (2007) e Vanderlei Souza (2008), mostram que a partir de 1920 houve uma radicalização de suas crenças.

¹⁵ Vide páginas 13 e 14.

Em janeiro de 1929, Kehl lança o *Boletim de Eugenia*, periódico publicado até 1933, contendo toda e qualquer atualização sobre a eugenia no Brasil e de países como França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Assim como as atualizações da Liga Brasileira de Higiene Mental. (DIWAN, 2007)

Figura 14 - Primeira publicação do “Boletim de Eugenia”



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>

Nesse primeiro volume do *Boletim* (1929), logo no início, está escrito:

Promete pouco. Deseja, apenas, auxiliar a campanha em prol da Eugenia entre os elementos cultos e entre os elementos que, embora de mediana cultura, desejam, também, orientar-se sobre o momentoso assumpto.

Ainda no mesmo volume, tem-se a chamada para o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia que viria a ocorrer entre os dias 1 e 7 de julho do mesmo ano. O responsável por convocar o Congresso foi Miguel Couto, presidente da Academia Nacional de Medicina, em comemoração do centenário de fundação da Academia. O evento esteve sob a presidência de Edgar Roquette-Pinto, médico e diretor do Museu Nacional, e estiveram reunidos cerca de 200 profissionais de diversas áreas. Alguns dos temas abordados foram: matrimônio e eugenia, educação eugênica, preocupações quanto a imigração japonesa, doenças mentais e diversas outras temáticas. (STEPAN, 2004, p.344)

Figura 15 - Informe sobre o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em:
<<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>>

Assim como nas Ligas e Sociedades, o consenso era algo difícil de ser alcançado. Isso, em boa parte, devido à divisão de dois grupos: os que eram a favor da miscigenação e os que não a aceitavam de maneira alguma. Ou seja, havia um embate entre eugenistas da vertente preventiva e da eugenia negativa. Esse primeiro grupo, carregava nomes como Roquette-Pinto que defendia o cruzamento racial devido a possibilidade de branqueamento da população. No outro lado,

estava Renato Kehl com suas ideias mais radicais moldadas pela eugenia estadunidense. Nesse caso, Kehl defendia a esterilização e era completamente contrário à miscigenação por acreditar que no processo de cruzamento o pior entre as raças prevalecia. (DIWAN, 2007; STEPAN, 2005)

Figura 16 - Boletim de inscrição do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia

AF. 1. 1. 001

BOLETIM DE INSCRIÇÃO

Snr. Presidente do 1º Congresso Brasileiro de Eugenia
Academia Nacional de Medicina
Avenida Augusto Severo, 4 — Rio de Janeiro

Peço-vos inscrever-me como membro do referido Congresso

Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva
NOME (BEM LEGIVEL)

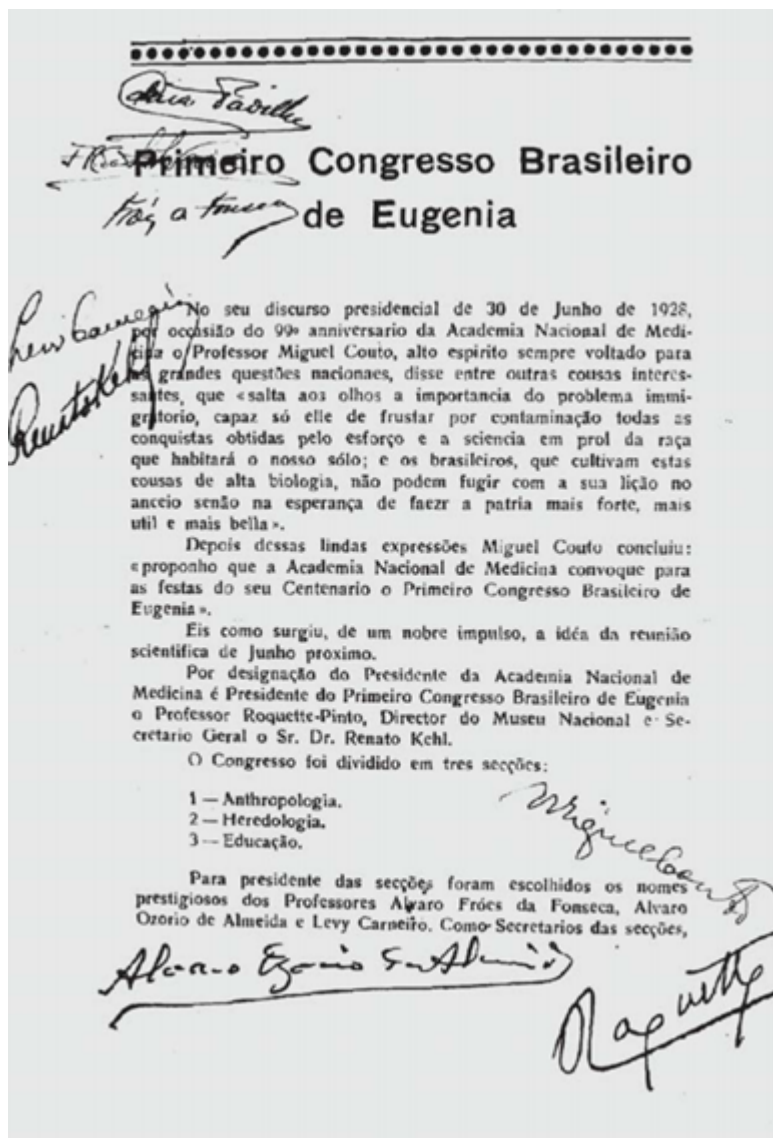
Endereço: — *Director do Hospital de Juqueri*
Juqueri (S.P.R.)
S. Paulo

Nota — E' gratuita a inscrição; sómente os que desejarem receber as publicações do Congresso e participar do banquete official deverão contribuir com a taxa de trinta mil reis, fazendo a declaração á margem deste boletim.

Figura 2: Boletim de inscrição dos participantes do Congresso. Na foto, inscrição de Antonio Carlos Pacheco e Silva, diretor do Hospital de Juqueri, de São Paulo. (Acervo Arquivo de Antropologia Física, Museu Nacional/UFRJ)

Fonte: SOUZA et al, 2009, p. 773.

Figura 17 - Folheto de divulgação do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia



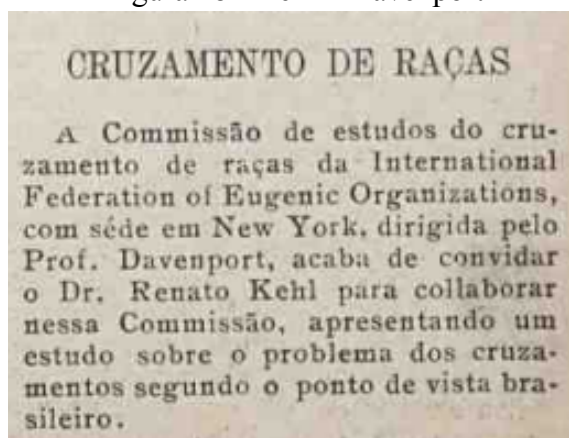
Fonte: SOUZA et al, 2009, p. 772.

Já em 1930, com Getúlio Vargas no poder, Kehl organizou a Comissão Central Brasileira de Eugenia. Dessa vez, os encontros não seriam mais presenciais e sim através de cartas, de modo a evitar o desgaste das discussões que, ao final, dificilmente chegavam a um comum acordo.

Renato Kehl ficou como presidente da Comissão e sua esposa, Eunice Penna, e seu sogro, Belisário Penna, nomeados como secretária-geral e membro efetivo, respectivamente. (DIWAN, 2007, p.116)

Kehl, inclusive, mantinha relações com figuras eugênicas importantes, como Charles Davenport, eugenista estadunidense, devido a compatibilidade de suas ideias. É o que mostra um trecho do primeiro volume do *Boletim de Eugenia* (1929):

Figura 18 - Kehl x Davenport



Fonte: Biblioteca Nacional Digital Brasil. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>>

A imprensa da época também foi de grande importância para a divulgação da eugenia no país. Foi por meio de jornais como *O Estado de São Paulo*, *O Jornal do Comércio* e *o Correio da Manhã* que a divulgação eugênica chegava à elite, sobretudo, por meio das publicações diárias desses jornais. Foi o caso, por exemplo, de como Monteiro Lobato ficou sabendo da conferência realizada por Kehl, lá em 1918, na Associação Cristã de Moços. Quando soube, enviou uma carta lamentando só àquela altura ouvir falar de Kehl: “Confesso-me envergonhado por só agora travar conhecimento com um espírito tão brilhante como o seu, voltado para tão nobres ideais e servindo, na expressão do pensamento, por um estilo verdadeiramente ‘eugênico’, pela clareza, equilíbrio e rigor vernacular”. (DAD-COC apud GOÉS 2015, p.102)

A única conquista do Movimento Eugênico, do ponto de vista constitucional, foi a aprovação do art. 138b, apresentado na Assembléia Constituinte de 1932, que apresentava: “Incube a União, aos Estados e aos Municípios, nos termos das leis respectivas estimular a educação eugênica” (DIWAN, 2007, p. 117). Houve, ainda, em setembro de 1945, a aprovação do art. 2 do Decreto-Lei N° 7.967. Neste decreto, assinado por Vargas, consta que da entrada de estrangeiros no Brasil, “atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convincentes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional”. Somente em 1980 este decreto foi revogado (BRASIL, 1945).

Houve outras conquistas, sutis e não em forma de leis, que talvez por esse motivo, foram mais duradouras e danosas, uma vez que permanecem no imaginário da população até a atualidade.

De permanência longa, a eugenia por aqui, em determinado momento, caiu em profundo esquecimento. Seus debates, reflexões, instituições e realizações sumiram do meio intelectual e científico brasileiro. Hoje, ao falar sobre o tema, quando se fala, automaticamente a violência ocorrida na Alemanha é remetida. Nas palavras de Pietra Diwan, “[...] a eugenia tornou-se sinônimo de ciência a serviço da intolerância e da violência contra a humanidade” (2007, p.88). Daí, falar sobre o assunto virou um tabu. No Brasil, depois de instaurado o mito da democracia racial, o debate sobre este capítulo da história brasileira ficou cada vez mais distante. Mito, pois sugere que negros e brancos viveram e vivem em harmonia e equidade completa. Entretanto, é notável que esta realidade é falsa. Abdias Nascimento, em seu livro “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado”, comenta sobre as falácias dessa suposta democracia racial:

Uma “democracia” cuja artificiosidade se expõe para quem quiser ver; só um dos elementos que a constituiriam detém todo o poder em todos os níveis político-econômico-sociais: o branco. Os brancos controlam os meios de disseminar as informações; o aparelho educacional; eles formulam os conceitos, as armas e os valores do país. Não está patente que neste exclusivismo se radica o domínio quase absoluto desfrutado por algo tão falso quanto essa espécie de “democracia racial?” (2016, p. 50)

Ainda nesse livro, no prefácio, escrito por Florestan Fernandes, consta:

[...] a ideia do que deve ser uma sociedade plurirracial como democracia: ou ela é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial democrática. À hegemonia da “raça” branca se contrapõe uma associação livre e igualitária de todos os estoques raciais. (2016, p.12)

Logo, fica evidente que no Brasil essa suposta democracia racial nunca existiu. A elite intelectual e científica, tão citada no corpo deste trabalho, era, se não em sua totalidade, em boa parte, branca cujo esforços sempre foram voltados para negar a condição de humano e igual do negro e do mestiço. Quando, finalmente, decidem olhar, mais uma vez é negando sua existência até que se tornasse branco por intermédio do “cruzamento racial”. Assim, usar da democracia racial foi apenas um meio de tentar ocultar a realidade social do Brasil. De qualquer forma, se antes, com a eugenia, o racismo era explícito e travestido de ciência, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a disseminação dos métodos de esterilização e limpeza racial, juntamente com o avanço dos estudos da hereditariedade e da invenção do mito da democracia racial, o racismo passa a ocorrer de forma velada. Mas, de todos os jeitos, ainda presente no imaginário de todos.

2. CAPÍTULO II

2.1. A EUGENIA NA ATUALIDADE

A eugenia, no Brasil, não teve uma data oficial de término. Muito pelo contrário, as barreiras do tempo serviram não de encerramento, mas como uma capa de invisibilidade. Desta forma, o discurso eugênico persiste de maneira dissimulada e não mais com *status de* ciência, mas sim como assunto que caiu em descrédito e que continua no imaginário da população. Seja no meio que for, o ideal eugênico ainda se faz presente como nos exemplos apresentados na introdução deste trabalho e nos casos a seguir. Em todos eles, por coincidência, trata-se de, assim como os nomes que compuseram o movimento no século passado, pessoas influentes e com acesso à informação.

Falas recentes do atual Presidente da República, Jair Bolsonaro, para além de negar a ciência atual, apresentam uma lógica eugenista. Seu governo mostrou-se reticente ao longo dos meses que o país enfrenta uma pandemia onde milhares morrem. Primeiro, duvidou da gravidade da doença que apenas seria uma “gripezinha” que não afetaria os jovens e os com “histórico de atleta”. Assim, não seria necessária a “histeria” por parte da sociedade. Quando proferido esse discurso, em que os jovens e atletas não seriam acometidos, o discurso do mais apto, mais forte e capaz é lembrado. Essa ideia é reforçada quando, a todo momento, não são feitos esforços para o combate da doença e para a proteção da população. Longe disso, há um incentivo contrário aos meios que de fato ajudam no combate à doença: o isolamento social e a vacinação. Assim, o discurso do Presidente sugere que deixar para a morte os idosos e as pessoas com comorbidades não seria tão problemático, afinal, os “superiores”, como na lógica eugenista, sobreviveriam enquanto os “inferiores” morreriam de qualquer maneira¹⁶. Nas palavras do próprio presidente:

¹⁶ Especialista do HC vê eugenia em fala de Bolsonaro sobre pandemia. Geledés, 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/especialista-do-hc-ve-eugenia-em-fala-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

“A chuva está aí, vamos nos molhar e alguns vão morrer afogados”¹⁷ ou “Alguns vão morrer? Vão, ué, lamento. Essa é a vida”¹⁸.

Seguindo essa mesma lógica, durante uma transmissão ao vivo da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), Xuxa Meneghel¹⁹ defendeu que testes de vacinas e medicamentos deveriam ser feitos, de forma compulsória, na população carcerária sob o argumento de que “pelo menos, serviram para alguma coisa antes de morrer”. Na live, a apresentadora defendia, enquanto vegana, o fim dos testes de cosméticos e medicamentos em animais²⁰. A fala da apresentadora se torna problemática quando sugere, assim como os eugenistas fizeram, a crença em uma hierarquia que na verdade não existe. A infração de leis, para ela, inferioriza uma pessoa e legitima sua perda de direitos e tratamento humanitário. Um olhar mais profundo para essa população, de acordo com uma reportagem de 2019, do *site* *GI*, mostra que 41,5% dos milhares de presos não receberam seu julgamento, portanto, não foram condenados de fato²¹. Não menos importante, em outra reportagem, no mesmo site, dados revelam que 66,7% dessas pessoas são negras. A cada três presos, dois são negros²². Diante disso, ao sugerir que a população carcerária fosse feita de cobaia, Xuxa usa de um discurso eugênico, pois supõe que o encarceramento inferioriza uma pessoa perante as demais e, pela condição de inferior, seria aceitável tratá-la sem o mínimo de dignidade e humanidade.

Outro exemplo, ainda noticiado pelo *site* *GI*, é o caso em que a juíza Inês Marchalek Zarpelon, da Primeira Vara Criminal de Curitiba, sentenciou um grupo de sete pessoas por

¹⁷ FERNANDES, Augusto. Bolsonaro: "A chuva está aí, vamos nos molhar e alguns vão morrer afogados". *Correio Braziliense*, 2020. Disponível em:

<https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/08/interna_politica,843280/bolsonaro-a-chuva-e-sta-ai-vamos-nos-molhar-e-alguns-va-o-morrer-afog.shtml>. Acesso em: 4 abr 2021.

¹⁸ MOTA, Erick. Bolsonaro sobre coronavírus: "Alguns vão morrer, lamento, essa é a vida". *Congresso em foco*, 2020. Disponível

em:<<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-sobre-coronavirus-alguns-va-o-morrer-lamento-essa-e-a-vida/>>. Acesso em: 4 abr 2021.

¹⁹ Apresentadora de TV, cantora e empresária brasileira.

²⁰ Eugenia e direitos da população carcerária são tema de entrevista no programa Conexões. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível

em:<<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/eugenia-e-direitos-da-populacao-carceraria-sao-tema-de-entrevista-no-programa-conexoes>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

²¹ BARBIÉRI, Luiz Felipe. CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5% não tem condenação. *G1*, 2019. Disponível

em:<<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-na-o-tem-condenacao.ghtml>>.

²² ACAYABA, Cíntia; REIS, Tiago. Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública. *G1*, 2020. Disponível

em:<<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-priso-es-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghtml>>.

organização criminosa. No entanto, para condenar Natan Vieira da Paz, de 42 anos, o fator primordial foi a cor de sua pele. A juíza afirmou que Natan era “seguramente” culpado “em razão de sua raça”. De acordo com a advogada do réu, Thayse Pazzobon, houve ainda um acréscimo de sete meses na pena de Natan²³. Nesse caso, existe um determinismo racial que aparece da mesma forma na eugenia e nas teorias raciais. Todas fundamentadas, principalmente, no racismo.

Há exemplos, na atualidade, que podem ser citados pois expõem o aspecto da segregação prevista pela eugenia. Não somente de recomendação do movimento eugênico, a segregação foi igualmente proposta pelos médicos psiquiatras da Liga Brasileira de Higiene Mental. De acordo com Góes, durante os anos de 1920 e 1930, os membros da Liga previam a internação compulsória como ação, classificada por eles, “antidegenerativas”. Essas internações funcionavam como uma forma de segregar da sociedade os “degenerados”, condicionando-os a viverem à margem da população considerada sã e apta.

A quantidade de pessoas que morreram nos manicômios chega a mais de 60 mil, e 70% delas não apresentavam diagnóstico de doença mental. A ofensiva contra os “insignificantes” não pode ser entendida como fato isolado, mas objetivação do projeto eugênico no Brasil, tendo em vista que as principais figuras que atuavam nos manicômios, dirigindo, propondo políticas de encapsulamento de “doentes mentais”, além de teorizarem, participavam das instituições eugênicas. (2015,p. 124)

Semelhante a isso, temos o caso da Política Nacional de Educação Especial (PNEE), um decreto publicado em outubro de 2020 por Jair Bolsonaro, presidente da república, e o Ministro da Educação, Milton Ribeiro. Neste decreto, seriam criadas classes e escolas restritas aos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, como o autismo, e superdotação. Entretanto, noticiado pelo site *Correio Braziliense*, especialistas e professores mostraram-se contrários à medida por, na verdade, incentivar a segregação e ir contra aos avanços da luta por uma educação inclusiva. Na reportagem, Gerson Mól e outros professores, afirmam a importância de uma convivência plural para o preparo de uma vida em sociedade,

²³ BRODBECK, Pedro; VIANNA, José. Juíza cita raça ao condenar réu negro por organização criminosa. **G1**, 2020. Disponível em:<<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/08/12/juiza-diz-em-sentenca-que-reu-negro-era-seguramente-integrante-de-grupo-criminoso-em-raza-da-sua-raca.ghtml>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

desta maneira, a resposta para uma educação inclusiva não estaria no afastamento das pessoas portadoras de deficiências das escolas, mas sim na elaboração de medidas inclusivas²⁴.

Da mesma maneira, tem-se a luta antimanicomial, cujo esforços, definido pela Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, são voltados para a luta dos direitos das pessoas com sofrimento mental. Além disso, “dentro desta luta está o combate à ideia de que se deve isolar a pessoa com sofrimento mental em nome de pretensos tratamentos, ideia baseada apenas nos preconceitos que cercam a doença mental.”

É compartilhando dessa mesma linha de pensamento que Weber Lopes Góes, no *podcast* Guilhotina produzido pelo *Le Monde Diplomatique*, configura a política de guerra às drogas como uma expressão da eugenia nos dias de hoje. Ao longo da entrevista, ele explica de forma semelhante a Pietra Diwan, no livro *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo* (2015), o modo como a eugenia, para além da preocupação com os negros, se preocupava com a moral da população. Nesse caso, os supostos “vícios sociais”, combatidos pelo movimento eugênico e pela Liga Brasileira de Higiene Mental, eram, muitas das vezes, questões de encargo do Estado enquanto problemas sociais que, no entanto, eram vistos como questões de cunho moral e individual. Góes, então, usa o exemplo da guerra às drogas e seu argumento que legitima as ações do Estado para com determinadas populações. A partir da criminalização e moralização da condição que essas populações se encontram, elas são colocadas na posição de “drogadas” e “criminosas” cuja vida em sociedade é inviável. Restando, apenas, serem colocadas em presídios ou clínicas de reabilitação.

Além desses, milhares são os exemplos do cotidiano que se observados atentamente, de alguma maneira, reproduzem os pressupostos eugênicos. Se não em todos, em boa parte desses exemplos a eugenia se manifesta de maneira associada ao racismo. Para Góes, ainda no *podcast*, “o racismo e a eugenia andam de mãos dadas em uma íntima relação”. Como já dito, essa pseudo ciência agia quando um problema social, visto também como biológico, deveria ser eliminado a favor da consolidação e melhoramento do povo brasileiro. Os intelectuais ligados a esse

²⁴ OLIVEIRA, Isabela. Nova política de educação especial propõe separação de alunos. *Correio Braziliense*, 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/2020/10/4879645-nova-politica-de-educacao-especial-propoe-separacao-de-alunos.html>>.

movimento, como Oliveira Vianna e Nina Rodrigues, entre tantos outros, viam na “raça” negra o fator primordial da, suposta, inferioridade brasileira (SOUSA, 2013). Foi partindo desse entendimento, que a eugenia se firmou no país. Seja na intenção de extinguir os negros por meio da esterilização, na crença na tese do branqueamento e, mais tarde, na democracia racial, as ideias eugênicas apenas foram reformuladas com o tempo, porém sempre manifestadas enquanto uma expressão do racismo. Se antes a miscigenação era motivo de preocupação entre as classes dominantes, com a democracia racial o mestiço passa a ser exaltado e reconhecido como particularidade do país. O embranquecimento, por exemplo, passa a ser visto não como uma forma de total exclusão do povo negro, mas sim como uma oportunidade de “mobilidade ascensional” dos mestiços na hierarquia social. É nesse sentido que, para Guimarães (1999), a democracia racial foi apenas uma forma de camuflar o racismo explícito da época, assim como Carlos Hasenbalg (1984) ao afirmar: “O conceito de democracia racial é uma poderosa construção ideológica cujo principal efeito tem sido manter as diferenças interraciais fora da arena política, mantendo-as como conflito latente.” (apud GUIMARÃES, 1999, p. 14).

A intenção por detrás desses exemplos, é demonstrar que a lógica eugenista propagada pelo movimento eugênico entre os séculos XIX e XX, ainda está presente em todos os meios mesmo com os avanços científicos e sociais, como o fato de que o conceito de raça, do ponto de vista biológico, é equivocado. Desse modo, sua permanência no meio de pessoas influentes e com acesso à informação é, no mínimo, curiosa.

O principal nome do movimento eugênico é o de Renato Kehl devido seus esforços para a divulgação e propaganda da eugenia no país. Considerado por Monteiro Lobato como o “pai da eugenia no Brasil”, seu nome é a principal referência para o assunto. Para Pietra Diwan, ele foi quem melhor “planificou e expressou os desejos e anseios de todos os eugenistas em nosso país” (2007, p. 123). No entanto, como exposto ao longo deste trabalho, Kehl não agiu sozinho. Muito pelo contrário, dividiu o posto de eugenista com diversos nomes significativos para a história brasileira. No meio da elite intelectual e científica, foram juristas, médicos, educadores e higienistas que agiram juntamente a Kehl. O que ocorre, entretanto, é o esquecimento da participação desses homens neste capítulo da história brasileira. Hoje, Oliveira Vianna, Vital Brasil, Nina Rodrigues e Miguel Couto são alguns dos eugenistas que nomeiam ruas, avenidas,

hospitais ou institutos. O período em que se afirmavam como eugenistas, é pouco ou quase nada divulgado. É nesse sentido que Diwan (2007, p. 93) questiona:

Era o caso de perguntar: trataram os participantes e simpatizantes do eugenismo de apagar os resquícios de sua participação e “limpar” de sua biografia e da história essa passagem? Roquette-Pinto, Oliveira Vianna, Fernando de Azevedo, Vieira de Carvalho, Monteiro Lobato. O que aconteceu com suas biografias? Fica a impressão de que Renato Kehl foi deixado sozinho, como se ele fosse o único responsável pela eugenia no Brasil.

Ainda sobre Kehl ser o único responsabilizado pela eugenia, a autora afirma que apesar de muitas vezes entendido como ofensa, o termo eugenista não é uma condenação, mas sim uma constatação de que houveram intelectuais que compartilhavam e defendiam os pressupostos da eugenia e que existem, até mesmo, documentos que comprovam tal afirmação. Assim, é preciso entender essas figuras como resultado do tempo que viveram. Desta maneira, deve-se julgá-los e julgar suas obras como reflexo daquela época. Mas, apesar disso, eles não devem ser completamente isentos da responsabilidade e do *status* de racistas. Pois, de uma forma ou de outra, contribuíram para a violência do período. É, por exemplo, o caso de Monteiro Lobato, citado anteriormente. O famoso autor brasileiro, muito reconhecido por suas obras, foi igualmente um entusiasta eugenista que manteve relações com Renato Kehl, mas fora os estudos acerca da eugenia, pouco se fala sobre isso.

À vista disso, urge a necessidade de estudo e divulgação do movimento eugênico, não como forma de reafirmar seus ideais, mas sim como alternativa de sua superação na atualidade. Da mesma forma como afirma Ronilson de Oliveira Sousa (2013, p.2), somente visitando e conhecendo o passado se torna possível entender e combater as questões do presente que, muito provavelmente, continuarão no futuro. A eugenia, como mostram os exemplos acima, não ficou restrita ao passado, contudo ainda produz danos na sociedade. Seu estudo e divulgação, deve ser feito, pois conhecer as raízes do movimento eugênico pode auxiliar na sua desconstrução na atualidade. Um olhar mais profundo para essas questões, como fez Weber Lopes Góes (2019), mostra que o movimento surge no interior das questões de classe. Ou seja, o que estava posto era a necessidade de resolver as contradições sociais de uma sociedade desigual de classes. Para os eugenistas, os temidos “vícios sociais” não eram concebidos como expressão dessas contradições,

mas sim como problemas morais e próprios de cada pessoa. A solução, portanto, nunca seria mudar a situação desses sujeitos, mas eles em si. Esse entendimento, torna mais complexo uma possível forma de combate, pois sugere apenas a mudança no que estrutura a sociedade, o capitalismo, para a conquista de um futuro livre dos ideais eugênicos e do racismo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento eugênico foi um movimento que apoiado nas premissas da teoria de Galton tentou livrar o Brasil dos considerados disgênicos para, enfim, construir uma sociedade pura, limpa e nos moldes da noção de progresso expresso pelas grandes potências. Essa missão esteve nas mãos de homens influentes que contribuíram para o pensamento brasileiro na virada do século XIX para o XX. Esses sujeitos estavam inseridos em uma elite econômica e/ou intelectual que além de tentar ingressar o Brasil no cenário internacional, a todo momento negou a contribuição da população negra e mestiça na formação da identidade brasileira. Muito pelo contrário, seus esforços foram, a todo momento, voltados para a exclusão dessa população.

Escorados no conceito de “raça”, acreditavam que os diferentes grupos étnicos eram seres distintos e hierarquizados. A mistura entre esses grupos era vista ora como causadora de degeneração, ora como solução para erradicar o negro e o mestiço. Para além disso, agiam no combate às contradições sociais, entendidas como “vícios sociais” ou “problemas”. Esses “problemas” configuraram os “três pesos mortos” que, por meio da eugenia, deviam ser eliminados: o vadio, o doente e o pobre. O primeiro, eram os considerados criminosos que deveriam ser encarcerados e domesticados. Ao doente, visto como improdutivo, restava apenas a segregação em instituições manicomiais e, por último, até mesmo o pobre era criminalizado, e não a pobreza em si. Isso, devido a moralização das contradições sociais (DIWAN, 2007; GÓES, 2015). É dessa maneira que tentam consolidar leis eugênicas, fundam instituições e meios de divulgação da eugenia, propõem a esterilização dos "indesejáveis", o controle matrimonial, o incentivo a imigração de sujeitos brancos e a restrição para os de outros grupos étnicos, a educação eugênica e o branqueamento da população.

O principal agente do movimento, Renato Kehl, foi quem mais escreveu livros e artigos sobre a eugenia. Pode, até mesmo, ser considerado o protagonista do movimento eugênico, mas, não é certo que leve todo o "crédito" uma vez que não agiu sozinho. Muito pelo contrário, estiveram ao seu lado diversas figuras importantes para a formação e consolidação de diversas áreas como o sanitarismo, a medicina, o direito e a literatura.

Muito longe de ter sido restrita ao passado, a eugenia ainda se manifesta nos dias atuais. Apesar do desmonte de instituições eugênicas, como as Ligas e Sociedades, dos veículos de divulgação, como o *Boletim de Eugenia*, e do próprio tema ser tratado como tabu, a eugenia e suas ideias ainda estão presentes no imaginário da sociedade e atingem, principalmente, nas palavras de Weber Lopes Góes, "os setores denominados, atualmente, vulneráveis ou em situação de risco, quais sejam os descendentes de africanos escravizados no Brasil, os indígenas, ciganos, os brancos empobrecidos, em suma, a classe trabalhadora na sua totalidade", isso, pois, "a eugenia é racista, higienista, conservadora, anti-humana, em suma, expressão do conservadorismo da classe dominante, daqueles que precisam construir formas e meios para garantir seus privilégios de classe".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACAYABA, Cíntia; REIS, Tiago. Proporção de negros nas prisões cresce 14% em 15 anos, enquanto a de brancos cai 19%, mostra Anuário de Segurança Pública. G1, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/19/em-15-anos-proporcao-de-negros-nas-prisoos-aumenta-14percent-ja-a-de-brancos-diminui-19percent-mostra-anuario-de-seguranca-publica.ghhtml>>.

ADAMS, Mark B. Toward a comparative history of eugenics. In: Adams, Mark (Org.). *The wellborn science: eugenics in Germany, France, Brazil e Russia*. New York: Oxford University Press. P.217-231. 1990.

AGUILAR FILHO, Sidney. Educação, autoritarismo e eugenia = exploração do trabalho e violência à infância desamparada no Brasil (1930-1945). 2011. 364 p. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/251194>>. Acesso em: 5 set. 2019.

A Redenção de Cam. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>>. Acesso em: 24 de Nov. 2019.

Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

BARBIÉRI, Luiz Felipe. CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5% não tem condenação. G1, 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghhtml>>.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray. Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2002. p. 25-58.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7967, de 18 de setembro de 1945. **DISPÕE SOBRE A IMIGRACAO E COLONIZACAO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 dez. 1945. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=7967&ano=1945&ato=9620zZq>5EMRR0Te8d>>. Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Dia Nacional da Luta Antimanicomial. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Disponível em: <<http://bvsm.saude.gov.br/ultimas-noticias/2721-18-5-dia-nacional-da-luta-antimanicomial-2>>.

BRITO, Sarah. Juíza de Campinas diz que réu não parece bandido por ser branco. ACidadeON Campinas, 2019. Disponível em: <<https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/cidades/NOT,0,0,1407567,juiza+de+campinas+diz+que+reu+nao+parece+bandido+por+ser+branco.aspx>>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

BRODBECK, Pedro; VIANNA, José. Juíza cita raça ao condenar réu negro por organização criminosa. **G1**, 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2020/08/12/juiza-diz-em-sentenca-que-reu-negro-era-seguramente-integrante-de-grupo-criminoso-em-razao-da-sua-raca.ghtml>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

BRYM, Robert J. et al. **Sociologia: sua bússola para um Novo Mundo**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

DIWAN, Pietra. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto, 2007.

Especialista do HC vê eugenia em fala de Bolsonaro sobre pandemia. Geledés, 2020. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/especialista-do-hc-ve-eugenia-em-fala-de-bolsonaro-sobre-pandemia/>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

Eugenia e direitos da população carcerária são tema de entrevista no programa Conexões. Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/eugenia-e-direitos-da-populacao-carceraria-sao-tema-de-entrevista-no-programa-conexoes>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

FERNANDES, Augusto. Bolsonaro: "A chuva está aí, vamos nos molhar e alguns vão morrer afogados". Correio Braziliense, 2020. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/04/08/interna_politica,843280/bolsonaro-a-chuva-esta-ai-vamos-nos-molhar-e-alguns-vaio-morrer-afog.shtml>. Acesso em: 4 abr 2021.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: O legado da "raça branca"**. Globo Livros, 2008.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. 2015. 276 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124368>>.

GUILHOTINA. #41 - **Weber Lopes Góes**. [Locução de]: Bianca Pyl, Luis Brasiliano. [S.I.]: Le Monde Diplomatique, 3 de out 2019. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/guilhotina-41-weber-lopes-goes/>>. Acesso em: 7 abr. 2021.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **RACISMO E ANTI-RACISMO NO BRASIL**. Joana C. VARGA, J. C. e SOUZA, M. F. **O Congresso Universal das Raças reunido em Londres (1911)** : apreciação e comentários. Museu Biblioteca Digital do Museu Nacional. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/obrasraras/0023.html>>. Acesso em: 23 de nov. de 2019.

KEHL, Renato. **Boletim de Eugenia**. Rio de Janeiro. v. 1, p. 1-12, 1929. Disponível em: <http://memoria.bn.br/pdf/159808/per159808_1929_00001.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

MOTA, Erick. Bolsonaro sobre coronavírus: "Alguns vão morrer, lamento, essa é a vida". Congresso em foco, 2020. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/governo/bolsonaro-sobre-coronavirus-alguns-vaio-morrer-lamento-essa-e-a-vida/>>. Acesso em: 4 abr 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NINJA. **‘Os povos africanos não são cobaias’, #PotênciasNegras denunciam racismo de médicos franceses**. Mídia Ninja, 2020. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/o-povo-africano-nao-e-cobaia-potenciasnegras-denunciam-racismo-de-medicos-franceses/>>

OLIVEIRA, Isabela. Nova política de educação especial propõe separação de alunos. Correio Braziliense, 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/2020/10/4879645-nova-politica-de-educacao-especial-propoe-separacao-de-alunos.html>>.

O NASCIMENTO de uma nação. Direção: D. W. Griffith. EUA, 1915.

PEREIRA, Ellen Caroline; SAMPAIO, Simone Sobral. A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, p. 432-445, dez. 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010166282018000300432&lng=pt&nr=iso>. acessos em 14 nov. 2020.

PIRES, Bruno. **'Meu neto é um cara bonito, viu ali? Branqueamento da raça'** diz Mourão. O Estado de S. Paulo, 2018. Disponível em: <<https://www.google.com/amp/s/politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,meu-neto-e-um-cara-bonito-viu-ali-branqueamento-da-raca-diz-mourao,70002535826.amp>>. Acesso em: 20 de nov. de 2019.

RODRIGUES, R. N. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

SCHWARCZ, L. M. e STARLING, H. **Brasil: uma biografia**. SP: Cia das Letras, 2015.

SEGALLA, Vinícius. Presidente do Banco do Brasil diz que problema do país são as crianças pobres e defende "amplo controle" de natalidade. Diário do Centro do Mundo, 2019. Disponível em: <<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/presidente-do-banco-do-brasil-diz-que-problema-do-pais-sao-as-criancas-pobres-e-defende-amplo-controle-de-natalidade/>>. Acesso em: 20 de mar. de 2019.

SOUSA, Ronilson de Oliveira. **Oliveira Vianna e as questões da miscigenação no Brasil: A desconstrução dos discursos e ideias que negavam a contribuição do negro e indígena em nosso país.** In: Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas- O desenvolvimento da Crise Capitalista e a Atualização nas lutas contra a exploração, a dominação e a humilhação. Universidade Federal do Maranhão, 2013.

SOUZA, V. S. DE et al. Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 16, n. 3, p. 763–777, set. 2009.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. **Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920.** Revista Brasileira de História da Ciência, v. 1, n. 2, p. 146-166, 2008.

STEPAN, Nancy. “A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940”. 2004. In: HOCHMAN, Gilberto. & ARMUS, Diego (orgs). Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Ed.Fiocruz. pp. 331-391.

STEPHENS, Elizabeth. **Francis Galton’s Composite Portraits: The Productive Failure of a Scientific Experiment**. 2013.